

Especial

Apple lança iPhone 18

PÁGINA 5

SUPREMA CORTE

Lula defende discussão de mandato para ministro do STF

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu ontem em entrevista ao SBT News, uma discussão sobre a implantação de mandatos para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A declaração ocorre diante da crise que paira sobre a Corte e afeta eleitoralmente o petista. "Hoje, acho que é preciso a gente discutir um mandato para a Suprema Corte. Ninguém pode ficar 40 anos no mesmo cargo, nós vamos ter que discutir se um advogado pode ter um escritório na Suprema Corte. Uma vez, falei brincando: quem quiser ser da Suprema Corte, não pode querer ser rico", declarou o presidente. Lula também defendeu uma nova reforma do Judiciário. **PÁGINA 7**

CNI

Faturamento da indústria tem recuo de 2% em julho

Pressionado pelos juros altos e pela desaceleração da economia, o faturamento da indústria de transformação recuou 2% em julho, na comparação com junho, segundo dados divulgados ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). No acumulado dos sete primeiros meses de 2026, o indicador registra queda de 0,5% em relação ao mesmo período do ano passado. Apesar da retração no faturamento, os demais indicadores apresentaram pouca variação no mês, sinalizando estabilidade no desempenho do setor. “O destaque nesse mês fica por conta do faturamento: houve queda de 2% na comparação com junho. **PÁGINA 2**

EUA

Trump escancara compra de votos

O presidente Donald Trump prometeu pagar US\$ 5 mil a cada adulto americano, caso o partido Republicano obtenha maioria na Câmara e no Senado nas eleições de meio de mandato, em novembro. A declaração foi feita durante um discurso do partido Republicano, em Dallas, no Texas, na noite de quarta-feira passada. O presidente americano creditou a iniciativa ao "grande sucesso econômico" do país. "Se os republicanos conquistarem a Câmara e o Senado, farei pagamento de US\$ 5 mil a cada

adulto dos EUA. Emitirei um dividendo para cada cidadão. Vamos chamar de 'The Trump Dividend' (O Dividendo de Trump, em tradução livre)", afirmou. Trump disse ainda que não quer que os beneficiários gastem o montante "no Canadá, na China ou na Alemanha" e ressaltou: "Agora, tudo o que temos que fazer é vencer". Dados estatísticos oficiais mostram que existem cerca de 245 milhões de cidadãos americanos com 18 anos ou mais, o que pode custar cerca de US\$ 1,2 trilhão. **PÁGINA 8**

COMPRAS

Lula sanciona fim da taxa das blusinhas de até US\$ 50



PEDRO FRANÇA/CNI

O presidente Luiz Inácio da Silva (**foto**) sancionou, ontem, o projeto de lei de conversão (PLV) 13 de 2026 que zera a tarifa de importação de 20% para compras internacionais de até US\$ 50 (cerca de R\$ 257) feitas pela internet por remessas postais. A nova legislação trata da tributação simplificada de compras online de plataformas do exterior, extinguindo a chamada “taxa das blusinhas”. O texto ainda reduz de 60% para 30% a tarifa para mercadorias que somam até R\$ 3 mil por remessa. “Qual é o ganho que o estado tem cobrando imposto de quem compra US\$ 50? O que nós estamos fazendo aqui é uma reparação, dando às pessoas que não viajam de avião, que não podem comprar vinho, que não podem comprar uísque, que não podem comprar blusa de couro chique, que compram uma coisinha menor”, comentou o presidente. A medida ainda permite que o ministro da Fazenda altere as alíquotas do imposto de importação tratados na nova lei. “A norma autoriza tratamento tributário diferenciado conforme o meio de importação e a adesão da plataforma ao programa de conformidade da Receita Federal”, diz nota da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom-PR). A Secom acrescentou que o governo poderá estabelecer limites quantitativos e de frequência de compras. **PÁGINA 2**

DARK HORSE



ROSINEI COUTINHO/STF

Dino cita risco de evasão e proíbe Mario Frias de deixar país

O ministro Flávio Dino (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu o deputado Mario Frias (PL-SP) de deixar o país e de se comunicar com outros investigados no inquérito que apura desvios de emendas parlamentares para financiar a produção do filme Dark Horse, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro. A medida consta na decisão em que o ministro autorizou a Operação Make Up, deflagrada ontem, em que a Polícia Federal (PF) cumpriu 49 mandados de busca e apreensão em São Paulo, no Rio de Janeiro, Ceará e Distrito Federal. Além de Frias, a produtora Karina Gama, responsável pelo filme, está entre os alvos, bem como outras 27 pessoas. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA (-0,93%) / 185.629,04 / -1.737,80 / Volume: 26.801.673.778 / Negócios: 3.731.065										Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-0,22% (ago.)	EURO turismo	
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA-15	-0,40% (ago.)	Compra: 6,0074	Venda: 6,1874	
	Preço	% Oscil.		Preço	% Oscil.		Preço	% Oscil.										
PMAM3	0,41	-16,33	-0,08	ESTR4	1,47	+17,60	+0,22	PMAM3F	0,41	-16,33	-0,08	Dow Jones	52.380,66	-0,77	Taxa Selic			
B3SA3	17,29	-1,98	-0,35	SEQL3F	0,070	+16,67	+0,010	PMAM3	0,41	-16,33	-0,08	S&P 500	7.636,36	-0,48	(06/08)	14,00%		
PETR4	48,42	+0,69	+0,33	AZTE3F	1,760	+15,79	+0,240	OSXB3	1,05	-14,63	-0,18	US Tech 100	28.667,2	-0,23	TR			
CSNA3	7,11	+7,40	+0,49	AMAR3	0,90	+15,38	+0,12	SEQL3	0,060	-14,29	-0,010	Euronext 100	1.896,69	-1,27	(10/09)	0,1709%		
BBAS3	22,18	-1,86	-0,42	AZTE3	1,730	+15,33	+0,230	AZEV3	7,32	-12,34	-1,03	CAC 40	8.156,67	-1,94	Poupança			
												FTSE 100	10.670,06	-1,31	(10/09)	0,6718%		
																Compra: 5,9440	Venda: 5,9446	
																EURO Comercial		
																Compra: 5,1110	Venda: 5,1116	
																DÓLAR turismo		
																Compra: 5,1302	Venda: 5,3102	

MERCADOS

Otimismo com cenário eleitoral leva Bovespa aos 188 mil pontos

JULIANA MACHADO/AE

O otimismo do mercado financeiro com o "trade" eleitoral levou a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) a encerrar mais um pregão em firme alta (+1,42%), em 188.268,59 pontos, perto das máximas do dia. O movimento veio acompanhado de um giro de R\$ 30 bilhões e já leva o índice a acumular uma alta de 6,11% em setembro.

Operadores observam que houve aumento das compras de calls e call spreads, estruturas com opções usadas para apostar na valorização dos ativos. O movimento está acontecendo não somente nos contratos de BOVA11, ETF que replica o Ibovespa, como também no EWZ, maior ETF ligado a ações brasileiras negociado em Nova York.

DÓLAR

As expectativas em relação ao desfecho da corrida presi-

dencial ditaram o comportamento da taxa de câmbio na sessão de ontem. Descolado do movimento de alta da moeda norte-americana no exterior, em dia de aumento da aversão ao risco com a escalada do petróleo, o dólar à vista fechou em baixa, na casa de R\$ 5,10.

No momento de maior euforia com o 'trade eleitoral', o dólar desceu até a mínima de R\$ 5,083. A moeda brasileira moderou os ganhos ao longo da tarde

Após rondar os R\$ 5,10, o dólar à vista terminou o dia em baixa de 0,19%, a R\$ 5,1027, passando a acumular queda de 0,55% na semana e de 1,49% em setembro, após valorização de 2,16% em agosto. O real apresentou nesta quinta um dos melhores desempenhos entre as moedas mais líquidas, ao lado do peso colombiano. A liderança ficou com o rublo russo, que subiu mais de 1%, apoiado no petróleo.

CEARÁ

MPF e DPU pedem paralisação de mega data center do TikTok

RENAN MONTEIRO/AE

O Ministério Público Federal (MPF) informou ontem, o ajuizamento de uma Ação Civil Pública (ACP) para impedir, por ora, a operação do Data Center Pecém, em construção no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no Ceará. São demandadas duas condicionantes para o prosseguimento do empreendimento: a realização de consulta ao povo indígena Anacé e a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima).

A Defensoria Pública da União (DPU) também assina a Ação Civil Pública. O data center será ocupado pelo TikTok e construído pela Omnia, empresa de data centers do grupo Pátria Investimentos, em parceria com a Casa dos Ventos, empresa de energia renovável. O negócio tem investimentos previstos da ordem de R\$ 200

bilhões até 2035.

A ACP também pede o monitoramento dos efeitos do empreendimento sobre os recursos hídricos, o sistema elétrico, o ruído e outras comunidades no entorno da área de implementação. O MPF e a DPU pedem ainda que a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) não emita a licença de operação nem qualquer outro ato que autorize o funcionamento do data center até que as medidas apontadas pelas instituições sejam cumpridas.

Conforme informação da Ação Civil Pública, o Data Center Pecém tem área prevista de cerca de 70 hectares, duas edificações principais e estruturas de apoio. Em 2025, o Ministério Público Federal (MPF) já havia questionado a autorização concedida pelo governo do Ceará para a instalação do megaempreendimento na cidade de Caucaia, no Complexo do Pecém.

Nota

CVM ADIA JULGAMENTO DE EX-CFO DA REAG QUE ESTAVA MARCADO PARA O PRÓXIMO DIA 15

Na semana em que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicou multas de cerca de R\$ 200 milhões a participantes de um esquema de fraude com um fundo de investimento imobiliário (FII) envolvendo o Banco Master, Daniel Vorcaro e parentes do ex-banqueiro, a reguladora adiou o julgamento da ex-CFO da Reag, Fabiana Franco, cuja sessão estava marcada para a próxima terça-feira, dia 15. A Comissão ainda não definiu uma nova data. O processo foi retirado da pauta de julgamento porque ainda necessita do relatório conclusivo da área técnica, de acordo com fontes na reguladora. A executiva é investigada pela ausência de demonstrações financeiras de 2024 e do primeiro e segundo trimestres de 2025. Fabiana Franco esteve à frente da área financeira da Reag de janeiro de 2025 a setembro do mesmo ano, conforme seu perfil em uma rede social. A crise do Master eclodiu em novembro de 2025. A Reag foi usada no esquema de fraudes e lavagem de dinheiro envolvendo o Master. A gestora recebia e redistribuía recursos por meio de fundos de investimento.

COMPRAS

Lula sanciona fim da taxa das blusinhas de até US\$ 50

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio da Silva (**foto**) sancionou, ontem, o projeto de lei de conversão (PLV) 13 de 2026 que zera a tarifa de importação de 20% para compras internacionais de até US\$ 50 (cerca de R\$ 257) feitas pela internet por remessas postais.

A nova legislação trata da tributação simplificada de compras online de plataformas do exterior, extinguindo a chamada "taxa das blusinhas". O texto ainda reduz de 60% para 30% a tarifa para mercadorias que somam até R\$ 3 mil por remessa.

"Qual é o ganho que o estado tem cobrando imposto de quem compra US\$ 50? O que nós estamos fazendo aqui é uma reparação, dando às pessoas que não viajam de avião, que não podem comprar vinho, que não podem comprar blusa de couro chique, que compram uma coisinha menor", comentou o presidente.

A medida ainda permite que o ministro da Fazenda altere as alíquotas do imposto de importação tratados na nova lei.

"A norma autoriza tratamento tributário diferenciado conforme o meio de importação e a adesão da plataforma ao programa de conformidade da Receita Federal", diz nota da Secretaria de Co-

RICARDO STUCKERT/PR



municação Social da Presidência da República (Secom-PR).

A Secom acrescentou que o governo poderá estabelecer limites quantitativos e de frequência de compras, "além de mecanismos para evitar fracionamento artificial de remessas e controles destinados a impedir utilização do regime simplificado para fins comerciais ou de revenda".

APROVADA

Editada pelo governo em maio deste ano, a Medida Provisória (MP) 1.357 foi aprovada na Câmara e no Senado na semana passada, com alterações em relação ao texto original.

Entre as mudanças, foi incluída a isenção que zera o imposto de importação de medicamentos que não tem versão similar

no Brasil.

O relatório da senadora Leila Barros (PDT-DF) ainda incluiu a previsão de uma avaliação periódica, a ser feita pelo Ministério da Fazenda, para analisar os efeitos econômicos da isenção proposta.

A avaliação periódica deve ainda ser acompanhada por setores empresariais de têxteis e vestuário; calçados; acessórios; brinquedos e cosméticos. O regime de tributação diferenciado terá também que passar por avaliação anual do Congresso Nacional.

EMPRESÁRIOS

A proposta da "taxa das blusinhas" sofreu oposição de setores empresariais nacionais que alegam "concorrência desleal" por parte de empresas estrangeiras, em especial, da China. Para esses empresários, a medida coloca em risco empregos no Brasil ao reduzir o preço de produtos importados.

Na cerimônia de sanção da nova lei, o presidente argumentou que o governo avalia que a isenção não deve causar prejuízos para as empresas nacionais.

"É uma coisinha tão insignificante que não vale a pena alguém dizer que causa prejuízo, que causa desemprego, que vai causar problema no comércio", comentou.

CNI

Faturamento da indústria de transformação cai 2% em julho

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Pressionado pelos juros altos e pela desaceleração da economia, o faturamento da indústria de transformação recuou 2% em julho, na comparação com junho, segundo dados divulgados ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). No acumulado dos sete primeiros meses de 2026, o indicador registra queda de 0,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

Apesar da retração no faturamento, os demais indicadores apresentaram pouca variação no mês, sinalizando estabilidade no desempenho do setor.

"O destaque nesse mês fica por conta do faturamento: hou-

ve queda de 2% na comparação com junho. O quadro geral não muda muito em relação ao mês anterior, até porque a maior parte dos indicadores teve uma variação muito pequena", afirmou em nota Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI.

Os principais números são:

- Faturamento: -2% em julho; -0,5% no acumulado do ano;
- Emprego: +0,2% em julho; -0,6% no ano;
- Massa salarial: +0,2% em julho; +0,6% no ano;
- Rendimento médio: estabilidade em julho; +1,2% no ano.

PRODUÇÃO ESTÁVEL

O percentual de horas trabalhadas na produção aumentou

0,2% em julho, ante junho. A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) passou de 77,3% para 77,4%, alta de 0,1 ponto percentual.

No acumulado de janeiro a julho, porém, os indicadores apresentam resultados negativos:

- Horas trabalhadas: queda de 1% ante os sete primeiros meses de 2025;
- Utilização da capacidade: recuo de 0,8 ponto percentual;
- Faturamento: baixa de 0,5% no período.

Para a CNI, o resultado reforça o quadro de desaquecimento da atividade industrial observada ao longo do ano.

JUROS AFETAM

Segundo Marcelo Azevedo, a

combinação entre juros elevados e maior endividamento das famílias tem contribuído para reduzir a demanda por produtos industriais.

"A elevação da taxa de juros e o endividamento das famílias vêm diminuindo a demanda por bens industriais de uma forma geral."

De acordo com o gerente da CNI, esse movimento se reflete na redução das horas trabalhadas, do faturamento e da utilização da capacidade instalada, com impactos também sobre o emprego.

Azevedo destacou ainda que a comparação anual ocorre com um período em que a indústria apresentava demanda mais aquecida.

ENERGIA

Aneel assina contratos da 2ª etapa do 1º Leilão de Transmissão de 2026

RENAN MONTEIRO/AE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) assinou ontem, os contratos da segunda etapa do Leilão de Transmissão nº 1 de 2026. Os projetos somam investimentos estimados em R\$ 1,75 bilhão, deságio médio de 53,2% e pre-

visão de geração de mais de 4 mil empregos.

Os empreendimentos se localizam nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo. O Consórcio Olymplus XX e a AXIA Energia Sul S.A. foram as proponentes vencedoras dos lotes de 7 a 10 da segunda etapa do certame. A AXIA

Energia Sul arrematou três dos quatro lotes ofertados (lotes 8, 9 e 10).

No período da tarde, a Aneel também assinou cinco contratos para a ampliação de usinas hidrelétricas vencedoras no Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência (LRCAP nº 2/2026).

Essa fase final confirma o trâmite do certame para parte das empresas que já passaram pela homologação.

A formalização abarca os seguintes empreendimentos hidrelétricos: UHE Foz do Areia, UHE Jaguará, UHE Luiz Gonzaga, UHE Segredo e UHE São Simão.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS



ACESSE NOSSO SITE

R\$ 7 BILHÕES

Correios tem proposta para captação de novo empréstimo

ALVARO GRIBEL/AE

Os Correios formalizaram um novo pedido de empréstimo junto a bancos privados, no valor de R\$ 7 bilhões, em mais uma tentativa de reequilibrar as contas da estatal - que vem acumulando prejuízos bilionários trimestre após trimestre. O financiamen-

to ainda depende de um aval do Tesouro Nacional, que será o fiador da operação. Procurados, os Correios confirmaram que há negociações em andamento, mas disseram que os detalhes só serão divulgados após a conclusão da operação. "As condições financeiras da operação ainda estão em tratati-

vas com as instituições envolvidas e, neste momento, não podem ser detalhadas. As informações oficiais serão divulgadas pela empresa oportunamente, após a conclusão das tratativas", disse a empresa.

A informação foi divulgada pela Folha de S.Paulo e confirmada pelo Estadão.

Em dezembro de 2025, os Correios já tomaram um empréstimo de R\$ 12 bilhões, com Itaú Unibanco, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, também com aval do Tesouro, para ganhar fôlego para o seu plano de recuperação.

Especialistas, contudo, ainda veem o projeto com desconfiança, já que a estatal, hoje, enfrenta forte concorrência de empresas estrangeiras, que ganharam mercado no comércio digital e fazem as próprias entregas.

Além desses recursos, o governo federal também reservou R\$ 6 bilhões no Orçamento de 2027 para aportar na estatal.

PREJUÍZOS EM SÉRIE

Os Correios registraram prejuízo líquido de R\$ 5,55 bilhões no primeiro semestre de 2026, alta de 30,36% ante o resultado negativo de R\$ 4,26 bilhões de igual período de 2025.

No segundo trimestre, o prejuízo líquido foi de R\$ 2,39 bilhões, queda de 5,5% em relação ao prejuízo de R\$ 2,53 bilhões registrado no mesmo período de 2025. Na comparação com o primeiro trimestre de 2026, quando o prejuízo foi de R\$ 3,16 bilhões, houve redução de 24,4%.

"Embora os números indiquem avanços, os desafios permanecem. O desempenho da empresa ainda é impactado pela redução de receitas, pelas despesas financeiras, e pelas con-

tingências judiciais. Por isso, a execução disciplinada das ações de recuperação sustentável de receitas, eficiência operacional e de modernização do modelo de negócios continua sendo fundamental para preservar a qualidade e a abrangência dos serviços prestados pelos Correios em todo o País", afirmou a empresa em nota.

A estatal abriu um novo plano de desligamento voluntário (PDV) este ano para tentar reduzir o seu quadro de funcionários. Os benefícios aos empregados que aceitarem a demissão variam de R\$ 24,4 mil a R\$ 459 mil, pago em parcela única, sem incidência de impostos. Desde 2017, a empresa já abriu três PDVs, com a adesão de 7.254 funcionários. O número, contudo, é muito abaixo das metas estipuladas pela própria empresa.

Em 2025, os Correios registraram prejuízo de R\$ 8,5 bilhões, mais do que o triplo, do que o resultado negativo de R\$ 2,6 bilhões registrado em 2024.

A estatal deu celeridade a um plano de venda de imóveis com o objetivo de cortar custos e obter algum alívio no caixa. Nos últimos meses, foram alienadas mais de 30 unidades - de terrenos a pontos comerciais e prédios históricos - levantando o montante de R\$ 387 milhões. A meta é chegar a R\$ 1,5 bilhão no acumulado do ano.

Os Correios detêm 2,3 mil imóveis espalhados pelo País, mas muitos estavam sem uso, incluindo alguns em uma situação deteriorada, o que motivou a iniciativa de se desfazer deles. Do total de vendas realizado até aqui, R\$ 207 milhões ocorreram via leilões, enquanto R\$ 180 milhões se deram via vendas diretas para o setor público.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO

SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO Nº: 5521/2025

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026	Data de Abertura: 29/09/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br/comprador		
Unidades Contratantes:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Objeto			
Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso (ou subscrição) de software de Gestão Educacional Integrada, incluindo os serviços técnicos especializados de implantação, customização, migração de dados, suporte técnico, manutenção corretiva/evolutiva e atualizações de versão, visando à modernização da gestão acadêmica e administrativa, à otimização dos processos de trabalho e à integração das informações da Rede de Ensino, com vistas ao aprimoramento da tomada de decisão.			
Valor estimado			
R\$ 4.076.541,72 (Quatro milhões, setenta e seis mil, quinhentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos).			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Não	Não	Aberto	MENOR VALOR DO LOTE ÚNICO
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Prova de Conceito?	Participação de Consórcio
Não	Não	Sim	Não
Intervalo mínimo de diferença entre lances			
R\$ 100,00 (Cem reais)			
Pregoeiro			
Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)			
Fundamento Legal			
Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes			
Observações Gerais:			
1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br . 2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e http://licitanet.com.br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.			

PATRIMONIAL MARAGATO S/A

CNPJ 07.049.736/0001-01

Asssembleia Geral Extraordinária – Convocação:

Convidamos os Senhores Acionistas da Patrimonial Maragato S.A., a se reunirem em assembleia geral extraordinária, a realizar-se na sede social, na Cidade do Rio de Janeiro, à Estrada da Gávea nº 127, no dia 18 de setembro de 2026, às 11:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) aprovar a extinção do Conselho de Administração; 2) aprovar a modificação da composição da Diretoria, passando a companhia a ser administrada por um único Diretor; 3) aprovar o novo estatuto social da companhia. Rio de Janeiro 03 de setembro de 2026. Luis Octávio Azeredo Lopes Índio da Costa – Diretor.

CELEO REDES BRASIL S.A.

CNPJ nº 04.718.109/0001-10 - NIRE nº 33.3.0028393-5

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL:

Ao 1º (primeiro) dia de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 08:00 (oito) horas, na sede da **CELEO REDES BRASIL S.A.** ("Companhia"), na Rua do Passeio, nº 38, sala 1201, setor 2, Centro, CEP 20.021-290, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. ONVOCAÇÃO E PRESENCIA:

Presente a única acionista da Companhia, como se verificou pela assinatura aposta na Lista de Presença de Acionistas (**Anexo I**), sendo dispensada a publicação de edital de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976.

3. MESA:

Presidente: Santiago Carlos Oraa Gil; e Secretário(a): Bianca Soares de Oliveira Borges.

4. ORDEM DO DIA:

Deliberar sobre: (I) a outorga e constituição, pela Companhia, na qualidade de interveniente fiadora, de fiança em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), com responsabilidade solidária e renúncia expressa aos benefícios dos artigos 366, 827, 835, 837 e 838 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) ("**Fiança**"), para garantir o integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Pedras Transmissora de Energia S.A. ("PTE") no âmbito do financiamento a ser contratado pela PTE junto ao BNB, sob a forma de abertura de crédito fixo destinada à antecipação de parcela dos recursos objeto do Contrato de Financiamento 194.2026.114.8588/complementar o capital de giro da PTE, no valor de até R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), com prazo de vencimento de até 12 (doze) meses contados da data de contratação, com pagamento do principal e dos encargos financeiros de uma só vez no vencimento final, à taxa de juros correspondente à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), acrescida de 0,32% (trinta e dois centésimos por cento) ao mês, e encargos financeiros equivalente a CDI acrescido de 3,91% (três inteiros e noventa e um centésimos por cento) ao ano, nos termos e condições do "Contrato de Abertura de Crédito Por Instrumento Particular", a ser celebrado entre a PTE, o BNB e a Companhia ("**Instrumento do Financiamento Ponte – BNB**" e "**Financiamento Ponte – BNB**", respectivamente); (II) a autorização aos diretores da Companhia para, individualmente, (a) negociarem todos os termos e condições necessários à outorga da Fiança e à celebração do Instrumento do Financiamento Ponte – BNB; e (b) assinarem o Instrumento do Financiamento Ponte – BNB e quaisquer documentos pertinentes à outorga da Fiança, tais como contratos, aditamentos, declarações, requerimentos, termos, procurações, dentre outros; e (III) a ratificação de todos os atos praticados pela Companhia anteriormente à presente data em relação ao disposto na Ordem do Dia acima.

5. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DE VOTOS:

A acionista resolve aprovar: (I) a outorga e constituição, pela Companhia, da Fiança, em garantia das obrigações assumidas pela PTE no âmbito do Financiamento Ponte – BNB, por meio da celebração, na qualidade de interveniente fiadora, do Instrumento do Financiamento Ponte – BNB, nos termos descritos na Ordem do Dia acima; (II) a autorização aos diretores da Companhia para, individualmente, (a) negociarem todos os termos e condições necessários à outorga da Fiança e à celebração do Instrumento do Financiamento Ponte – BNB, em conformidade com as deliberações aprovadas nesta assembleia; e (b) assinarem o Instrumento do Financiamento Ponte – BNB e quaisquer documentos pertinentes à outorga da Fiança, tais como contratos, aditamentos, declarações, requerimentos, termos, procurações, dentre outros; e (III) a ratificação de todos os atos praticados pela Companhia anteriormente à presente data, em relação às deliberações aprovadas acima.

6. ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a se tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 1º de setembro de 2026. Mesa: Santiago Carlos Oraa Gil - Presidente, Bianca Soares de Oliveira Borges - Secretária. Acionista: **CELEO REDES S.L.U.** - Santiago Carlos Oraa Gil - Diretor. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 08/09/2026 sob o nº 00008020049, André Rodrigues Marques de Souza Silva - Secretário Geral.

PEDRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 10.242.524/0001-42 - NIRE nº 33.3.0029079-6

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL:

Ao 1º (primeiro) dia de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 09:00 (nove) horas, na sede da **PEDRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** ("Companhia"), na Rua do Passeio, nº 38, sala 1201, setor 2, Centro, CEP 20.021-290, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENCIA:

Presente a única acionista da Companhia, como se verificou pela assinatura aposta na Lista de Presença de Acionistas (**Anexo I**), sendo dispensada a publicação de edital de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976.

3. MESA:

Presidente: Santiago Carlos Oraa Gil; e Secretária: Bianca Soares de Oliveira Borges.

4. ORDEM DO DIA:

Deliberar sobre: (I) a contratação, pela Companhia, de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), sob a forma de abertura de crédito fixo destinada à antecipação de parcela dos recursos objeto do Contrato de Financiamento 194.2026.114.8588 firmado entre a Companhia e o BNB e/ou a complementar o capital de giro da Companhia, no valor de até R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), com prazo de vencimento de até 12 (doze) meses contados da data de contratação, com pagamento do principal e dos encargos financeiros de uma só vez no vencimento final, à taxa de juros correspondente à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), acrescida de 0,32% (trinta e dois centésimos por cento) ao mês, e encargos financeiros equivalentes ao CDI acrescido de 3,91% (três inteiros e noventa e um centésimos por cento) ao ano, a ser garantido por garantia fidejussória a ser prestada pela Celeo Redes Brasil S.A. e Celeo Redes Transmissão e Renováveis S/A, na qualidade de interveniente fiadora ("**Fiadora**"), nos termos e condições do "Contrato de Abertura de Crédito Por Instrumento Particular", a ser celebrado entre a Companhia, o BNB e a Fiadora ("**Instrumento do Financiamento Ponte – BNB**" e "**Financiamento Ponte – BNB**", respectivamente); (II) a autorização aos diretores da Companhia para, em nome da Companhia, (a) negociarem todos os termos e condições necessários à contratação do Financiamento Ponte – BNB e à celebração do Instrumento do Financiamento Ponte – BNB; e (b) assinarem quaisquer documentos pertinentes à contratação do Financiamento Ponte – BNB e à celebração do Instrumento do Financiamento Ponte – BNB, tais como contratos, aditamentos, declarações, requerimentos, termos, procurações, dentre outros; e (III) a ratificação de todos os atos praticados pela Companhia anteriormente à presente data em relação ao disposto na Ordem do Dia acima.

5. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DE VOTOS:

A acionista resolve aprovar: (I) a contratação, pela Companhia, do Financiamento Ponte – BNB, por meio da celebração do Instrumento do Financiamento Ponte – BNB; (II) a autorização aos diretores da Companhia para, em nome da Companhia, (a) negociarem todos os termos e condições necessários à contratação do Financiamento Ponte – BNB e à celebração do Instrumento do Financiamento Ponte – BNB, em conformidade com as deliberações aprovadas nesta assembleia; e (b) assinarem quaisquer documentos pertinentes à contratação do Financiamento Ponte – BNB e à celebração do Instrumento do Financiamento Ponte – BNB, tais como contratos, aditamentos, declarações, requerimentos, termos, procurações, dentre outros; e (III) a ratificação de todos os atos praticados pela Companhia anteriormente à presente data, em relação às deliberações aprovadas acima.

6. ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a se tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 1º de setembro de 2026. Mesa: Santiago Carlos Oraa Gil - Presidente, Bianca Soares de Oliveira Borges - Secretária. Acionista: **CELEO REDES TRANSMISSÃO E RENOVÁVEIS S.A.** - Santiago Carlos Oraa Gil - Diretor Geral. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 04/09/2026 sob o nº 00008014607, André Rodrigues Marques de Souza Silva - Secretário Geral.

VELA SOFTWARE E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ nº 72.157.654/0001-34 - NIRE 3320732300-1

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 09/09/2026

1. Data, hora e local:

09/09/2026, às 11h00, na sede social da **Vela Software e Serviços Ltda.**, sociedade empresária do tipo limitada unipessoal, com sede em Niterói/RJ, na Rua General Andrade Neves, nº 9, Salas 615 e 617, Centro, CEP 24.210-000, CNPJ nº 72.157.654/0001-34, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o NIRE 3320732300-1 ("**Sociedade**").

2. Convocação e presenças:

Dispensadas as formalidades de convocação, conforme o disposto no art. 1.072, §2º do Código Civil, em virtude da presença da sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade ("**Sócia**").

3. Mesa:

Paulo Felipe Faria Rodrigues Martins - Presidente. Pedro Duffles de Andrade - Secretário.

4. Ordem do dia:

1) Aprovar a redução do Capital Social com fundamento no artigo 1.082, inciso II, da Lei nº 10.406/2002 ("**Código Civil**") e a consequente alteração no artigo 5º do seu Contrato Social; 2) Deliberar sobre outros assuntos de interesse da Sociedade.

5. Deliberações:

Postas as matérias constantes da ordem do dia em votação, seguiram-se as seguintes deliberações, todas aprovadas pela única da sócia da Sociedade: (I) Resolve a Sócia reduzir o capital social da Sociedade, que é de R\$144.545.310,00, dividido em 14.454.531 quotas de valor unitário nominal de R\$10,00, cada uma, totalmente subscrito e integralizado, para R\$137.545.310,00, mediante a restituição, exclusivamente em dinheiro, moeda corrente e legal do país, do montante total de **R\$7.000.000,00** à Sócia, sem retirada, entrega, transferência ou atribuição de bens imóveis ou de quaisquer outros bens da Sociedade, observada a participação da Sócia no capital social e em pagamento a ser quitado no prazo de até 18 meses contados da data de aprovação da redução de capital, da seguinte forma: a) **Sócia Vela Software Brasil Participações Ltda.**, sociedade empresária do tipo limitada unipessoal, devidamente CNPJ nº 31.935.843/0001-03 e com contrato social arquivado na JUCEMG sob o NIRE 31212930228, e com sede em Belo Horizonte/MG, na Rua Fernandes Tourinho, nº 264, 7º andar, bairro Savassi, CEP 30112-000, receberá, em dinheiro, moeda corrente e legal do país, o montante de R\$7.000.000,00, correspondente à sua participação na redução de capital. (II) Em consequência da deliberação de redução do capital social, fundada no art. 1.082, inciso II, do Código Civil, c/c os arts. 173, inciso II, e 174 da Lei nº 6.404/1976, aplicada subsidiariamente por força de cláusula expressa do contrato social, nos termos do art. 1.053, parágrafo único, do Código Civil, a Sócia delibera reduzir o capital social da Sociedade no montante de R\$ 7.000.000,00, correspondente à parcela reputada excessiva em relação ao objeto social, operacionalizando-se a referida redução mediante da seguinte forma: (a) **Redução do valor nominal das quotas.** O capital social da Sociedade, atualmente de R\$ 144.545.310,00, dividido em 14.454.531 quotas, com valor nominal unitário de R\$ 10,00 cada uma, integralmente subscrito e integralizado pela Sócia, é reduzido para R\$ 137.545.310,00, mediante a diminuição proporcional do valor nominal de cada quota, que passa de R\$ 10,00 para o valor correspondente à razão entre o novo capital social e o número total de quotas existentes (i.e., R\$ 137.545.310,00 ÷ 14.454.531 quotas), equivalente a, aproximadamente, R\$ 9,5159 por quota. (b) **Grupamento de quotas.** Em ato contínuo, procede-se ao grupamento da totalidade das quotas da Sociedade na proporção de 14.454.531 quotas para 13.754.531 quotas, de modo que o valor nominal unitário de cada quota retorne a R\$ 10,00. (iii) Dessa forma, o capital social da Sociedade passa a ser de R\$ 137.545.310,00, dividido em 13.754.531 quotas, com valor nominal unitário de R\$ 10,00 cada uma, integralmente subscrito e integralizado pela Sócia. (iv) Ato contínuo, em virtude da redução do capital social operada acima, a sócia aprova a alteração da Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação: "**Cláusula 5ª - O capital social é de R\$137.545.310,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 13.754.531 quotas, no valor nominal de R\$10,00, cada uma, totalmente subscrito e integralizado, pela sócia Vela Software Brasil Participações Ltda, que detém 100% do capital social da Sociedade.**" (v) Ainda em virtude da redução do capital, a sócia declara e autoriza os administradores da Sociedade a praticar todos os atos necessários à formalização da redução de capital e ao pagamento em dinheiro dos valores devidos à Sócia, nos termos do item (I) acima, sem retirada, entrega, transferência ou atribuição de bens imóveis ou de quaisquer outros bens da Sociedade, permanecendo resguardados os interesses de terceiros em seu patrimônio, uma vez que a Sociedade possui ativos suficientes para garantir todo e qualquer eventual passivo pelo qual seja responsável; e (vi) Não houve outras deliberações de interesse da Sociedade em sede de Reunião de Sócios.

6. Aprovação e encerramento:

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não tendo havido manifestação, foi suspensa a reunião, a fim de que fosse lavrada a presente ata. Reaberta a sessão, esta ata foi lida, achada conforme e aprovada, com as assinaturas dos presentes, sendo autorizado seu registro na Junta Comercial competente e a consequente publicação. Novamente tendo sido aberta a palavra, sem qualquer manifestação, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião.

7. Sócios presentes:

Vela Software Brasil Participações Ltda., representada por seu administrador, Paulo Felipe Faria Rodrigues Martins. Niterói/RJ, 09/09/2026. Mesa: Paulo Felipe Faria Rodrigues Martins - Presidente da Mesa, Pedro Garzon Duffles de Andrade - Secretário. Sócia Única: **Vela Software Brasil Participações Ltda.** (a) Paulo Felipe Faria Rodrigues Martins.

CELEO REDES BRASIL S.A.

CNPJ nº 04.718.109/0001-10 - NIRE nº 33.3.0028393-5

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL:

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 11:00 (onze) horas, na sede da **CELEO REDES BRASIL S.A.** ("Companhia"), na Rua do Passeio, nº 38, sala 1201, setor 2, Centro, CEP 20.021-290, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENCIA:

Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"), por estar presente a única acionista da Companhia, titular da totalidade do capital social votante, como se verificou pela assinatura aposta na Lista de Presença de Acionistas (**Anexo I**), verificando-se, portanto, o quórum necessário à instalação da presente Assembleia em primeira convocação, nos termos do artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações.

3. MESA:

Presidente: Santiago Carlos Oraa Gil. Secretária: Bianca Soares de Oliveira Borges.

4. ORDEM DO DIA:

Deliberar sobre: (I) a celebração, pela Companhia, na qualidade de garantidora, do "*Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças*", a ser celebrado entre (a) o Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e 2.235, Bloco A, Vila Olímpia, CEP 04.543-011, inscrita no CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42 ("**Santander**"), e o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, estado de São Paulo, no centro administrativo denominado "Cidade de Deus", s/nº, Vila Yara, CEP 06.029-900, inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12 ("**Bradesco**" e, em conjunto com o Santander, os "**Fiadores**"), na qualidade de fiadores; (b) o Banco Bradesco BBI S.A., instituição financeira com estabelecimento na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 5º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-011, inscrita no CNPJ sob o nº 06.271.464/0073-93, na qualidade de agente estruturador; (c) a Pedras Transmissora de Energia S.A., sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, nº 38, sala 1.201, setor 2, Centro, CEP 20.021-290, inscrita no CNPJ sob o nº 10.242.524/0001-42, na qualidade de afiançada ("**Afiançada**"); e (d) a Companhia, na qualidade de garantidora ("**Contrato de Prestação de Fiança**"), por meio do qual os Fiadores se comprometerão a emitir, de forma individual e não solidária, cartas de fiança bancária em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 07.237.373/0194-91 ("**BNB**"), limitadas, em conjunto, ao valor total de R\$ 642.091.931,95 (seiscentos e quarenta e dois milhões, noventa e um mil, novecentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos), acrescido dos encargos contratuais aplicáveis ("**Cartas de Fiança**" e "**Valor Total Afiançado**", respectivamente), em garantia das obrigações pecuniárias assumidas pela Afiançada perante o BNB no âmbito do "*Contrato de Financiamento por Instrumento Particular*" nº 194.2026.114.8588, celebrado em 28 de maio de 2026 ("**Financiamento 2º**"); (II) a outorga e constituição, pela Companhia, de garantia fidejussória, na forma de fiança, em favor dos Fiadores, obrigando-se a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora e principal pagadora, solidariamente com a Afiançada, por todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Afiançada no âmbito do Contrato de Prestação de Fiança, incluindo, sem limitação, o reembolso dos valores honrados pelos Fiadores no âmbito das Cartas de Fiança, as comissões, os encargos moratórios, os tributos, os custos e as despesas ali previstos ("**Obrigações Garantidas**" e "**Fiança**", respectivamente), com renúncia expressa aos benefícios previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 365, 366, 368, 824, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), e nos artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("**Código de Processo Civil**"), permanecendo a Fiança em vigor até a integral quitação das Obrigações Garantidas e/ou a exoneração da fiança, nos termos do Contrato de Prestação de Fiança; (III) a autorização aos diretores da Companhia para, individualmente, praticarem todos os atos e adotarem todas as providências necessárias e/ou convenientes à celebração do Contrato de Prestação de Fiança e à outorga da Fiança, incluindo, mas não se limitando a, (a) a negociação e a definição de todos os seus termos e condições; (b) a celebração do Contrato de Prestação de Fiança e de quaisquer aditamentos, pedidos de emissão de Cartas de Fiança, declarações, termos, procurações, requerimentos, formulários e demais documentos relacionados aos referidos instrumentos; e (c) a promoção dos registros e arquivamentos aplicáveis perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") e os cartórios de registro de títulos e documentos competentes; e (IV) a ratificação de todos os atos praticados pela Companhia anteriormente à presente data em relação ao disposto na Ordem do Dia acima.

5. DELIBERAÇÕES:

examinadas e discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista, representando a totalidade do capital social votante da Companhia, deliberou, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, aprovar: (I) a celebração, pela Companhia, na qualidade de garantidora, do Contrato de Prestação de Fiança, com os Fiadores, o agente estruturador e a Afiançada, nos termos e condições descritos no item (I) da Ordem do Dia acima, observado que as Cartas de Fiança serão emitidas em favor do BNB, de forma individual e não solidária pelos Fiadores, limitadas, em conjunto, ao Valor Total Afiançado, em garantia das obrigações pecuniárias assumidas pela Afiançada no âmbito do Financiamento 2º; (II) a outorga da Fiança pela Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora e principal pagadora, solidariamente com a Afiançada, por todas as Obrigações Garantidas, com renúncia expressa aos benefícios dos artigos 333, parágrafo único, 364, 365, 366, 368, 824, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e dos artigos 130, 131 e 794 do Código de Processo Civil, permanecendo a Fiança em vigor até a integral quitação das Obrigações Garantidas e/ou a exoneração da fiança, nos termos do Contrato de Prestação de Fiança, e reconhecendo-se, para os fins do artigo 835 do Código Civil, como prazo determinado da Fiança a data de quitação integral das Obrigações Garantidas; (III) a autorização aos diretores da Companhia para, individualmente, praticarem todos os atos e adotarem todas as providências necessárias e/ou convenientes à celebração do Contrato de Prestação de Fiança e à outorga da Fiança, incluindo, mas não se limitando a, (a) a negociação e a definição de todos os seus termos e condições; (b) a celebração do Contrato de Prestação de Fiança e de quaisquer aditamentos, pedidos de emissão de Cartas de Fiança, declarações, termos, procurações, requerimentos, formulários e demais documentos relacionados aos referidos instrumentos; e (c) a promoção dos registros e arquivamentos aplicáveis perante a JUCERJA e os cartórios de registro de títulos e documentos competentes; e (IV) a ratificação de todos os atos praticados pela Companhia anteriormente à presente data, em relação às deliberações aprovadas acima.

6. ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata, que, lida e achada conforme, foi assinada pela única acionista da Companhia, e pela mesa que presidiu a assembleia. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2026. Mesa: Santiago Carlos Oraa Gil - Presidente, Bianca Soares de Oliveira Borges - Secretária. Acionista: **CELEO REDES, S.L.U.** - Santiago Carlos Oraa Gil - Diretor. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 08/09/2026 sob o nº 00008020030, André Rodrigues Marques de Souza Silva - Secretário Geral.

Diário do

Acionista

Tel.: (21)

99122-4278

PRIVILÉGIO

PMs denunciados por cobrar policiamento

Vitor Abdala/ABRASIL

Três policiais militares foram denunciados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) por corrupção passiva militar. Segundo o MPRJ, eles cobravam dinheiro de comerciantes e empresas para oferecer a eles um serviço de policiamento diferenciado em Belford

Roxo, na Baixada Fluminense.

Ontem, o MPRJ cumpriu mandado de prisão preventiva contra os três acusados, dos quais dois já estavam presos em razão de outro processo. O terceiro foi preso em casa, em Nova Iguaçu, também na Baixada.

De acordo com o MPRJ, em troca dos pagamentos feitos pe-

los empresários, os policiais priorizavam esses locais nas rotas de patrulhamento e compareciam quando acionados, usando a estrutura da Polícia Militar para atender a interesses privados.

Uma das empresas que se beneficiavam do esquema era uma clínica, que pagava R\$ 50 pelo

policiamento diferenciado. Os fatos ocorreram entre setembro e outubro de 2021, quando os três integravam o Batalhão de Belford Roxo. A denúncia foi recebida pela Auditoria da Justiça Militar.

A ação de ontem é parte de uma investigação do MPRJ, iniciada em maio de 2024, que

apurou práticas criminosas cometidas por integrantes do Batalhão de Belford Roxo.

Em agosto de 2025, dez policiais foram presos acusados de extorquir comerciantes. Em maio deste ano, 11 foram denunciados por receber propina em troca de fornecer segurança a estabelecimentos durante o

horário de expediente. Em junho, quatro foram denunciados por peculato e pela venda de uma pistola apreendida durante ocorrência policial.

Segundo o MPRJ, a investigação conta com o apoio da Corregedoria-Geral da Polícia Militar e da Secretaria Estadual de Polícia Penal.

COPACABANA

MP denuncia 5 por espancamento de ciclista até a morte

SERRA DE IBIAPABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 29.554.549/0001-00 - NIRE 33.3.0032600-6
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2026

1. Data, Hora e Local: Aos 25 dias de agosto de 2026, às 08:30 (oito horas e trinta minutos), na sede social da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), na Rua do Passeio, nº 38, sala 1201, setor 2, Centro, CEP nº 20.021-290, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **2. Convocação e Presença:** Presente a única acionista da Companhia, como se verificou pela assinatura aposta na Lista de Presença de Acionista (Anexo I), sendo dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Mesa:** Presidente: Santiago Carlos Oraa Gil, que convidou a Sra. Bianca Soares de Oliveira Borges para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias: (I) a constituição e a outorga das Cessão Fiduciárias (conforme definidas abaixo), pela Companhia por meio, inclusive, da celebração dos Contratos de Cessão Fiduciária (conforme definidos abaixo), em garantia ao fiel, integral e pontual pagamento e/ou cumprimento de quaisquer das obrigações da Companhia, principais, acessórias e/ou moratórias, presentes e/ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, assumidas ou que venham a ser assumidas, perante o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), conforme previstas no "Contrato de Financiamento por Instrumento Particular nº 194.2019.513.5344", celebrado entre a Companhia e o BNB em 22 de agosto de 2019, , por meio do qual foi regulado o financiamento para a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica localizadas nos estados do Piauí e Ceará objeto do "Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 02/2018 – ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica)" celebrado em 08 de março de 2018 entre a Companhia e a União - Poder Concedente ("Poder Concedente"), por intermédio da ANEEL ("Contrato de Concessão"), licitadas por meio do Lote 02 do Leilão ANEEL Nº 02/2017, realizado em 15 de dezembro de 2017 (sendo tais instalações o "Projeto" e a concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão, a "Concessão"), no valor de R\$ 645.999.958,71 (seiscentos e quarenta e cinco milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e um centavos) ("Contrato de Financiamento" e "Financiamento BNB", respectivamente), o que inclui, mas não se limita a, obrigações de pagamento, incluindo o pagamento integral e pontual do valor de principal da dívida, juros compensatórios e moratórios, comissões, multas, tributos, tarifas, outros encargos, judiciais ou não, e honorários advocatícios, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsada por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e da execução de garantias prestadas e quaisquer encargos e outros acréscimos devidos ao BNB com relação ao Contrato de Financiamento ("Obrigações Garantidas"); (II) a celebração, pela Companhia, na qualidade de interveniente-anuente, do Contrato de Penhor de Ações (conforme definido abaixo), para constituição e outorga, pela Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. ("Acionista"), do Penhor (conforme definido abaixo) sobre as ações de emissão da Companhia, em garantia ao fiel, integral e pontual pagamento e/ou cumprimento das Obrigações Garantidas; (III) a ratificação da celebração, pela Companhia, na qualidade de creditada, do "Primeiro Aditivo de Retificação e Ratificação ao Contrato de Financiamento por Instrumento Particular nº 194.2019.513.5344", a ser celebrado entre a Companhia e o BNB, com a interveniência da Acionista, na qualidade de interveniente fiadora ("Aditivo ao Contrato de Financiamento"); (IV) a autorização aos diretores da Companhia ou aos seus procuradores, conforme o caso, para praticar(em) todos e quaisquer atos, inclusive negociar(em) e celebrar(em) todos e quaisquer documentos necessários à constituição e à outorga das Garantias (conforme definidas abaixo) e/ou convenientes à implementação e formalização das matérias previstas nos itens 4(i) a 4(iii) acima, incluindo, mas não se limitando à celebração dos Contratos de Garantia (conforme definidos abaixo) e do Aditivo ao Contrato de Financiamento, bem como seus respectivos eventuais aditamentos; e (V) a ratificação de todos os atos praticados até a presente data, pelos diretores da Companhia ou por seus procuradores, necessários para a consecução das matérias constantes dos itens 4(i), 4(ii), 4(iii) e 4(iv) acima. **5. Deliberações Aprovadas:** Após exame e discussão das matérias objeto da Ordem do Dia, a Acionista decidiu, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: (I) aprovar a constituição e a outorga, pela Companhia, como garantia ao fiel, integral e pontual pagamento e/ou cumprimento das Obrigações Garantidas perante o BNB, no âmbito do Contrato de Financiamento, sendo a referida constituição e outorga um dos requisitos para a substituição da garantia fidejussória prestada por instituição financeira (fiança bancária) na operação de crédito contratada com o BNB e formalizada no referido Contrato de Financiamento, de cessão fiduciária (I) (1) dos direitos creditórios de titularidade da Companhia decorrentes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previstos no Contrato de Concessão, no "Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 006/2018", celebrado entre a Companhia e o Operador Nacional do Sistema Elétrico em 11 de junho de 2018 ("CPST"), e nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão celebrados ou que venham a ser celebrados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, na qualidade de representante das concessionárias de transmissão, com as usuárias do sistema de transmissão ("CUSTs"), incluindo a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão; (2) dos direitos creditórios relativos à centralização de recebíveis sobre os saldos depositados na Conta Centralizadora (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios); (3) de todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da Companhia que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do CPST e dos CUSTs, ou decorrentes, a qualquer título, da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia, constituídos após a assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Centralização de Recebíveis e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de cedente fiduciante, e o BNB, na qualidade de credor fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" e "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios", respectivamente); (II) da propriedade fiduciária, do domínio resolúvel e da posse direta indireta dos direitos emergentes da Concessão, que lhe delegou a implantação e a exploração do Projeto, até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no Contrato de Financiamento, e que compreendem: (a) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Companhia, decorrentes da Concessão e das normas legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, todas as indenizações pela revogação ou extinção da Concessão; (b) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da Concessão, constituídos após a assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Concessão e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de cedente fiduciante, e o BNB, na qualidade de credor fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes" e "Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes", respectivamente, sendo o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, os "Contratos de Cessão Fiduciária"); e (III) da propriedade fiduciária, do domínio resolúvel e da posse direta e indireta dos saldos das contas de depósitos vinculados denominadas conta-reserva e conta-reserva de O&M, mantidas pela Companhia junto ao BNB, e das aplicações financeiras realizadas com tais recursos, inclusive seus rendimentos, representativos do fundo de liquidez e do fundo de liquidez de O&M, nos termos do Contrato de Financiamento, conforme aditado pelo Aditivo ao Contrato de Financiamento ("Cessão Fiduciária de Fundo de Liquidez", sendo a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes e a Cessão Fiduciária de Fundo de Liquidez, em conjunto, "Cessões Fiduciárias"); (II) autorizar os diretores da Companhia ou os seus procuradores, conforme o caso, a praticar todos e quaisquer atos, inclusive negociar e celebrar, na qualidade de interveniente-anuente, o "Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Acionista, o BNB e a Companhia ("Contrato de Penhor de Ações", e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, os "Contratos de Garantia"), por meio do qual a Acionista outorgará penhor de primeiro e único grau ao BNB sobre: (a) todas as ações representativas do capital social da Companhia de que a Acionista é proprietária, conforme Estatuto Social e Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia ("Ações Empenhadas"); (b) todos os dividendos, bonificações e demais direitos e atributos relativos às Ações Empenhadas, exceto os dividendos obrigatórios, conforme definido no Artigo 20, Parágrafo Segundo do Estatuto Social da Companhia, bem como no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações; e (c) o direito de subscrição de novas ações representativas do capital social da Companhia, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, vinculados à participação acionária da Acionista, bem como direitos de preferência e opções de titularidade da Acionista ("Penhor" e, em conjunto com as Cessões Fiduciárias, "Garantias"); (III) ratificar a celebração, pela Companhia, do Aditivo ao Contrato de Financiamento, por meio do qual, dentre outras avenças: (a) a garantia de fiança bancária atualmente prestada será substituída pelas Garantias e pela fiança a ser outorgada pela Acionista, na qualidade de interveniente fiadora; (b) o fundo de liquidez mantido em conta-reserva será majorado para o valor de, pelo menos, R\$ 33.741.875,30 (trinta e três milhões, setecentos e quarenta e um mil, oitocentos e setenta e cinco reais e trinta centavos), equivalente a 5,22% (cinco inteiros e vinte e dois centésimos por cento) do valor efetivamente desembolsado; (c) serão constituídos o fundo de liquidez de O&M e a respectiva conta-reserva de O&M, objeto da Cessão Fiduciária de Fundo de Liquidez, sendo que o fundo de liquidez de O&M corresponderá a um valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor anual das despesas com O&M, equivalente a R\$ 2.523.655,25 (dois milhões, quinhentos e vinte e três mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos); (d) serão alteradas as cláusulas de autorização de débito, de encargos de inadimplimento e de vencimento antecipado; e (e) a Companhia assumirá obrigações adicionais (covenants), incluindo a manutenção de comprometimento da capacidade de pagamento igual ou inferior a 70% (setenta por cento) e, em caso de descumprimento, a elevação do fundo de liquidez e a vedação à distribuição de dividendos e/ou ao pagamento de juros sobre o capital próprio em montante superior ao mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades por Ações; (IV) autorizar os diretores da Companhia ou os seus procuradores, conforme o caso, a praticar(em) todos e quaisquer atos, inclusive negociar(em) e celebrar(em) todos e quaisquer documentos necessários à constituição e à outorga das Garantias e/ou convenientes à implementação e formalização dos atos e deliberações previstos acima, incluindo, mas não se limitando à celebração dos Contratos de Garantia e do Aditivo ao Contrato de Financiamento, bem como seus respectivos eventuais aditamentos, à averbação do Penhor à margem do registro das ações no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações, e ao registro ou averbação dos Contratos de Garantia e do Aditivo ao Contrato de Financiamento nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; e (V) ratificar todos os atos praticados até a presente data, pelos diretores da Companhia ou por seus procuradores, necessários para a consecução das matérias constantes das deliberações 5(i), 5(ii), 5(iii) e 5(iv) acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Ainda, a única acionista da Companhia reconhece, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, a validade e a plena eficácia da assinatura digital, para todos os fins de direito. Esta ata produz efeitos para todos os seus signatários a partir da data nela indicada, ainda que um ou mais signatários realizem a assinatura eletrônica em data posterior. Ademais, ainda que algum dos signatários venha a assinar eletronicamente esta ata em local diverso, o local de celebração desta é, para todos os fins, a cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme abaixo indicado. Assinaturas: **Mesa:** Santiago Carlos Oraa Gil (Presidente); Sra. Bianca Soares de Oliveira Borges (Secretária). **Acionista:** Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2026. **Mesa:** Santiago Carlos Oraa Gil - Presidente, Bianca Soares de Oliveira Borges - Secretária. **Acionista:** Santiago Carlos Oraa Gil - Diretor Geral - **Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A.** - JUCERJA: Certificado o arquivamento em 31/08/2026 sob o nº 00008004174, André Rodrigues Marques de Souza Silva - Secretário Geral.

VITOR ABDALA/ABRASIL

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) denunciou cinco pessoas pela morte de Claudio Rafael Landeiro Moreira, no Rio de Janeiro, em 12 de agosto. O ciclista foi espancado até a morte depois de ser sido acusado injustamente de furtar uma bicicleta, no bairro de Copacabana, na zona sul da cidade. O veículo que estava com ele

seria da própria irmã. Segundo a denúncia, Davi Santos Machado, Jorge Luiz Ricardo Dias, Felipe Eduardo dos Santos Silva, Ailton José da Silva e Wellington Luiz Santos de Souza agrediram a vítima, com pauladas, socos e chutes. Eles foram denunciados por homicídio qualificado por motivo fútil, emprego de meio cruel e dificuldade de defesa da vítima. Quatro dos cinco acusados já estão presos. Apenas Wellington

Luiz Santos de Souza é considerado foragido, de acordo com o MPRJ.

A Polícia Civil chegou a indicar 13 pessoas por participação no crime. As outras oito pessoas foram qualificadas por condutas de menor potencial ofensivo, como omissão de socorro, lesão e exercício irregular da profissão de segurança. Esses casos serão analisados em outros procedimentos, segundo o MPRJ.

ESPECIAL

Apple lança iPhone 18, estreia no mercado de dobráveis e amplia aposta em IA



POR REDAÇÃO

Apple apresentou nesta quarta-feira (9), em Cupertino, na Califórnia, uma nova geração de produtos que amplia a aposta da companhia em aparelhos de maior valor, inteligência artificial e integração entre dispositivos. Entre os lançamentos estão o iPhone 18 Pro e o iPhone 18 Pro Max, o primeiro celular dobrável da marca, chamado iPhone Duo, além do Apple Watch Series 12 e dos AirPods 5. Os anúncios chegam em um momento de retração do mercado global de smartphones e de aumento dos custos de componentes.

No Brasil, o iPhone 18 Pro parte de R\$ 11.999, enquanto o Pro Max começa em R\$ 12.999. Dependendo da capacidade de armazenamento, os modelos chegam a R\$ 20.999 e R\$ 21.999, respectivamente. A pré-venda começa em 12 de setembro, e os aparelhos chegam ao mercado em 18 de setembro.

Os dois modelos receberam o chip A20 Pro, mudanças no sistema de resfriamento e uma câmera principal de 48 megapixels com abertura variável. A companhia também incorporou novos recursos de inteligência artificial, incluindo a Siri AI. No Pro Max, a Apple informa autonomia de até 43 horas de reprodução de vídeo.

A principal mudança na estratégia de smartphones, porém, está no iPhone Duo, primeiro dobrável da empresa. O aparelho abre na horizontal e alcança 7,6 polegadas. No Brasil, o preço começa em R\$ 21.999 na versão de 256 GB e chega a R\$ 30.999 no modelo de 2 TB. A pré-venda está prevista para 16 de outubro, com disponibilidade a partir do dia 23.

Mercado de smartphones

A entrada da Apple nos dobráveis ocorre enquanto esse segmento ainda representa uma parcela reduzida das vendas mundiais.

Segundo dados citados pela Reuters, a Samsung detém cerca de 40% do mercado global de aparelhos dobráveis, seguida pela Huawei, com aproximadamente 30%. A IDC estima que as remessas dessa categoria cresçam quase 30% em 2026, enquanto os smartphones convencionais devem registrar queda de cerca de 1,4%.

“O ingresso da Apple certamente aumentará a concorrência no segmento premium”, afirmou Tarun Pathak, diretor de pesquisa da Counterpoint Research, à Reuters. Segundo ele, os dobráveis ainda representam uma fatia pequena do mercado, o que abre espaço para expansão da categoria.

O cenário mais amplo ajuda a explicar a concentração dos lançamentos em produtos de maior valor. A IDC aponta que as vendas globais de smartphones caíram 7,4% no segundo trimestre de 2026, na comparação anual, para 276,3 milhões de unidades. A instituição relaciona parte da retração à alta dos custos de memória, que pressiona principalmente fabricantes com maior exposição aos aparelhos de entrada. “Os custos de memória subiram quase 300% em relação ao ano passado”, afirmou Nabila Popal, diretora sênior de pesquisa da IDC.

A Apple também atualizou outros produtos de seu ecossistema. O Apple Watch Series 12 chega ao Brasil a partir de R\$ 5.499 e incorpora novos sensores e medições relacionadas à saúde. Já os AirPods 5 receberam uma nova arquitetura acústica, cancelamento ativo de ruído e integração com a Siri AI e recursos de tradução ao vivo.

Com os lançamentos, a companhia reforça sua presença no mercado premium ao mesmo tempo em que tenta ampliar as fontes de receita dentro de seu ecossistema, em um cenário de queda no volume global de smartphones e pressão sobre os custos de produção.

Especial

INVERNO:

Sol com poucas nuvens.

Chove rápido durante o dia e à noite.

CLIMA

SP tem alerta para tornado e aulas e eventos são suspensos

O governo de São Paulo alertou a população para a passagem de um tornado em regiões do estado hoje, e orientou a suspensão de aulas e eventos ao ar livre em municípios afetados pela condição severa.

A previsão é de que o fenômeno atinja as cidades de Presidente Prudente, Marília, Itapeva, Sorocaba, Registro, todas no interior paulista. A Defesa Civil emitiu um alerta para temporais com ventos e granizo em todo o Estado de São Paulo.

"Tivemos um evento extremo recentemente em Ribeirão Preto, onde muitas escolas foram afetadas. Não tivemos vítimas

porque ocorreu de madrugada, mas esse evento está previsto para o início da noite desta sexta-feira. Não podemos arriscar, é imprevisível, precisamos ser extremamente prudentes para resguardar a vida dos cidadãos", disse o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo suspendeu as aulas da rede estadual e nas Etecs e Fatecs das regiões que deverão ser afetadas pelo fenômeno. Segundo a pasta, as instituições permanecerão abertas apenas para orientação e atendimento às famílias. As aulas terão reposição até o final do ano letivo, seguindo as regras do ca-

lendário escolar.

Diante da previsão, o governo ativou o Gabinete de Crise e realizou uma reunião preparatória com prefeitos e representantes das defesas civis municipais de todo o Estado para apresentar recomendações de atuação para cada órgão.

O grupo será instalado a partir das 14h desta sexta-feira, e reúne representantes do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, SP Águas, Artesp, Arsesp, DER e concessionárias dos serviços de energia elétrica, água, gás e telefonia.

Entre sexta-feira e sábado, equipes da Defesa Civil deverão acompanhar as condições meteorológicas através de radares,

satélites, descargas atmosféricas e observações de superfície, atualizando a evolução das tempestades ao longo dos dias.

Durante as tempestades, a Defesa Civil recomenda procurar abrigo em uma construção segura; evitar áreas abertas, árvores, postes, torres e estruturas metálicas; afastar-se de coberturas, placas, fachadas e estruturas vulneráveis durante rajadas fortes; em caso de granizo, permanecer em local coberto e protegido, longe de janelas; não atravessar ruas, pontes ou áreas alagadas; acompanhar os alertas oficiais da Defesa Civil e seguir as orientações das autoridades locais.

FEMINICÍDIO

Caso Larissa Morata: irmã de PM preso é alvo de busca e apreensão

GEOVANNA HORA/AE

A Polícia Civil realizou uma ação ontem, para cumprir um mandado de busca e apreensão contra Thamires Costa Mathias, de 19 anos, irmã do soldado Vinicius Costa Silva, de 26, preso desde segunda-feira, após a mulher dele, Larissa da Cruz Morata, de 29, ter sido encontrada morta.

A Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP) informou que os policiais foram até o endereço de Thamires na manhã de ontem, mas que a mulher não foi localizada.

Segundo a pasta, a Delegacia de Embu das Artes investiga todas as circunstâncias dos fatos e apura a conduta da cunhada da vítima.

Larissa foi encontrada caída no banheiro da casa onde morava com Silva e o filho, de dois anos, em Embu das Artes, na região metropolitana de São Paulo, por volta das 11h de domingo passado. Ela tinha um ferimento

na cabeça provocado por arma de fogo. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) foi acionado e confirmou a morte da jovem.

Em depoimento à Polícia Civil, Silva alegou que Larissa tirou a própria vida. O advogado Roberto Montanari Custódio, que representa a defesa de Silva, afirmou, em nota divulgada na terça-feira, que o policial militar "permanece sustentando, desde o primeiro momento, que não praticou qualquer ato de violência contra Larissa e que sua morte decorreu de uma fatalidade relacionada à retirada da própria vida".

Procurado pela reportagem ontem, o advogado, que também representa Thamires, disse que, a princípio, a jovem não é investigada.

Ao contar a sua versão à Polícia Civil, o soldado afirmou que, na manhã de domingo, teve uma conversa com Larissa sobre pôr fim ao relacionamento, mas que a mulher "começou a cho-

rar e ficou bastante abalada". Depois, ele relatou ter ido dormir e ter sido acordado por um estrondo muito forte que, inicialmente, pensou ser o som de um vidro quebrando.

O policial disse ter ouvido um desenho infantil na sala e acreditado que o filho pudesse ter quebrado um copo ou algum objeto. Ao chegar ao cômodo, porém, encontrou o menino brincando. Ele perguntou onde estava Larissa e, segundo seu relato, foi informado de que ela estava tomando banho.

Nesse momento do depoimento, Silva não mencionou se havia mais alguém no cômodo. Thamires, no entanto, afirmou que estava na sala com o sobrinho quando o disparo ocorreu.

Silva disse que foi até o banheiro, que fica atrás de uma estrutura do guarda-roupa com espelho no quarto do casal, e encontrou Larissa caída. Na sequência, afirmou ter ligado para o 190.

Thamires disse à Polícia Civil que, enquanto o casal conversava no quarto, ela estava na sala com o sobrinho. Segundo ela, Larissa saiu do quarto, disse que o relacionamento tinha terminado e, depois, foi tomar banho e perdeu para ficar sozinha

A mulher disse que ouviu um "barulho extremamente alto", levantou "imediatamente" e correu em direção ao quarto, onde encontrou Silva. Segundo ela, o irmão teria perguntado sobre Larissa nesse momento.

A jovem relatou que, após o irmão encontrar a cunhada no chão do banheiro, pegou o sobrinho, foi para um quarto e também acionou a Polícia Militar.

A investigação do caso continua para esclarecer a dinâmica da morte de Larissa. Segundo a SSP, novas diligências periciais serão realizadas hoje, no imóvel onde o casal morava, com "o objetivo de reunir elementos que contribuam para o esclarecimento do caso".

PANDEMIA

Justiça manda desembargador que humilhou guarda pagar indenização

RAYANDERSON GUERRA/AE

O juiz Renato Santiago Garcez, da 10ª vara Cível de Santos, condenou o desembargador Eduardo Almeida Prado Rocha de Siqueira a pagar R\$ 53.965,73, em 15 dias, por danos morais após ele humilhar um guarda municipal, em 2020.

O desembargador foi flagrado sem máscara enquanto caminhava na praia em Santos durante a pandemia de Covid-19 no dia 18 de julho de 2020. O magistrado chamou o agente Cícero Hilario Roza Neto de "analfabeto" durante a abordagem. Na ocasião, o guarda civil muni-

cipal solicitou o uso da proteção facial obrigatória em locais públicos.

Siqueira alegou no processo que teria sido perseguido e filmado ilegalmente pela Guarda Municipal. O desembargador disse ainda que estava sem utilizar a medicação psiquiátrica no momento da abordagem. Em nota divulgada à época, Siqueira afirmou que se "exaltou", desmedidamente, com o guarda municipal Cícero Hilário

Vídeos gravados durante a ocorrência mostram o desembargador afirmando escolher não usar a máscara. Ao ser informado de que o descumprimen-

to do decreto municipal emitido em abril acarretaria multa de R\$ 100, Siqueira respondeu que "decreto não é lei".

O magistrado fez referência a uma abordagem anterior envolvendo outro agente da Guarda Municipal de Santos e disse: "Você quer que eu jogue na sua cara? Faz ai a multa".

Na sequência, o desembargador sustentou que o guarda não possuía autoridade por não integrar a Polícia Militar. Durante o registro da autuação, Siqueira realizou uma ligação para o secretário de Segurança Pública do município, Sérgio Del Bel.

"Estou aqui com um analfa-

beto de um PM seu. Eu falei, vou ligar para ele porque estou andando sem máscara. Só estou eu na faixa de praia que eu estou. Ele está aqui fazendo uma multa. Eu expliquei, eles não conseguem entender", afirmou ao telefone.

Após a emissão da multa, o magistrado rasgou a autuação e a atirou no chão. Outras gravações mostram Siqueira em momento distinto, com vestimentas diferentes, conversando com outro integrante da corporação. "Não vou facilitar. (...) O meu irmão é o procurador de Justiça que atua na Polícia Militar".

ZONA NORTE

Prefeitura amplia sistema de drenagem de córrego

A Prefeitura segue ampliando o sistema de drenagem do córrego Paciência, na Zona Norte, com o objetivo de aumentar sua capacidade de vazão e reduzir os impactos das chuvas na região. Após investir R\$ 108,3 milhões nas obras, concluídas em 2021 e que beneficiaram mais de 283 mil pessoas nos distritos de Jaçanã e Tremembé, a gestão prepara novas intervenções para ampliar a infraestrutura de drenagem do córrego.

O reservatório do córrego Paciência está localizado na Avenida Jardim Japão. Em 2021, foram concluídas várias intervenções para aumentar a vazão e reduzir os impactos das chuvas na região, incluindo a implantação de reservatório, canalização, recuperação das margens e galerias de águas pluviais. Ontem, durante as atividades do Prefeitura Presente, o prefeito Ricardo Nunes visitou a área em que está prevista a canali-

zação de cerca de 1.400 metros do Paciência, no trecho entre a Rua Flávia e a Rodovia Fernão Dias. A publicação do edital para contratação das obras deve ocorrer até o final deste mês.

O investimento estimado nas intervenções, que favorecerão 87 mil pessoas, é de R\$ 45 milhões. "Aqui alagava tudo e a gente já fez um reservatório, um piscinão, canalizamos alguns trechos e agora faremos mais 1.400 me-

tros de canalização com um novo edital que sairá ainda este mês. A estimativa de investimento é de R\$ 45 milhões. A Prefeitura está investindo bastante nisso e resolvendo os problemas de alagamento e enchente na cidade", explicou o prefeito, durante a visita. O contrato incluirá ainda serviços de microdrenagem, com a implantação de novos ramais para captação das águas das chuvas, bocas de lobo e poços de visita.

ARGENTINO

Maior traficante de armas da AL é extraditado para Brasil

ADRIANA VICTORINO/AE

O argentino Diego Hernán Dirísio, apontado pela Polícia Federal como o maior traficante de armas da América Latina, foi extraditado para o Brasil ontem, segundo o governo da Argentina. Ele é investigado por suspeita de fornecimento de armamento a facções brasileiras, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV).

Dirísio foi preso pela Polícia Federal Argentina (PFA) em Córdoba, em fevereiro de 2024. O argentino tinha um pedido de captura internacional em "alerta vermelho" por tráfico internacional de armas, lavagem de dinheiro e organização criminosa. O Estadão tenta localizar a defesa de Dirísio. O espaço segue aberto para manifestação.

A prisão foi feita por agentes federais da Divisão de Investigações Federal de Fugitivos e Extradicações, cuja investigação teve colaboração com a Interpol. Desde então, o argentino permaneceu detido em Córdoba

A extradição ocorreu a pedido da Justiça brasileira e foi efetuada, segundo o Ministério da Segurança Nacional, pela Direção-Geral de Cooperação Policial Internacional da PFA.

Dirísio foi encaminhado sob um forte esquema de segurança para o Aeroparque Jorge Newbery, de onde partiu um voo para São Paulo às 11h45 de ontem.

Esquema teria movimentado R\$ 1,2 bilhão em três anos, segundo a PF.

A Polícia Federal realizou uma megaoperação contra o grupo liderado por Disírio em dezembro de 2023. Batizada de Dakovo, a ação teve como alvo o esquema apontado como "completo e multimilionário" que teria o PCC e o Comando Vermelho como destino final em uma rota de tráfico internacional de armas.

Como mostrou o Estadão, o grupo sob suspeita teria movimentado, em três anos, cerca de R\$ 1,2 bilhão. Segundo a PF, as armas foram importadas ao longo dos anos de ao menos quatro países europeus: Turquia, Eslovênia, República Tcheca e Croácia. A importadora baseada em Assunção, no Paraguai, comercializou nesse período aproximadamente 43 mil armas, entre pistolas e fuzis.

Disírio era responsável pela coordenação das operações de compra e venda de armas, ainda segundo a corporação. O inquérito indica que ele fazia as tratativas ciente de que os armamentos estavam sendo destinados ao crime organizado, abastecendo as principais facções brasileiras.

A investigação identificou que companhia usava um sistema de lavagem de dinheiro centralizado em Miami, que transferia os valores para empresas de fachada nos Estados Unidos. Depois, uma outra companhia fictícia fazia os repasses para os fabricantes na Europa.

ZONA SUL

Homem é preso por suspeita de matar e esquartejar mulher

GEOVANNA HORA/AE

Um homem foi preso na madrugada de quarta-feira, por suspeita de ter matado e esquartejado a namorada em 11 de julho, na zona sul de São Paulo.

A Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP) informou que Natan Roberto de Oliveira Silva, de 26 anos, foi detido na Rua da Paz, em uma comunidade na região do Parque Santo Antônio, na zona sul da capital.

Além de um mandado de

prisão temporária, os policiais também cumpriram um mandado de busca e apreensão. Três celulares e uma televisão foram apreendidos.

Natan é suspeito de ter matado Samara Ellen da Silva, de 26 anos O crime começou a ser investigado após exames apontarem que um braço encontrado no Rio Guarapiranga, debaixo da Ponte do Socorro, em 3 de agosto, pertencia a Samara.

O caso é investigado pelo 92º Distrito Policial, do Parque Santo Antônio.

RESIDENCIAL SONDA B

Prefeitura avança com obras de 180 moradias populares na Zona Norte

A Prefeitura segue em ritmo acelerado com as obras de finalização das 180 moradias que integram o Conjunto Residencial Sonda B, localizado no Parque Edu Chaves, Zona Norte da capital. O empreendimento, vistoriado pelo prefeito Ricardo Nunes durante as atividades do Prefeitura Presente Jaçanã/Tremembé, ontem, é composto por 13 torres já concluídas. Foram investidos R\$ 35,8 milhões nas edificações, provenientes de recursos municipais, por meio do Programa Pode Entrar e de Fundos Municipais, como o Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb).

"Está ficando bonito e a previsão é concluir as obras

nos primeiros meses de 2027. Através da modalidade Entidades do programa Pode Entrar, a Prefeitura repassa os recursos para a construção e atendimento das famílias", explicou o prefeito.

O condomínio, que teve a construção iniciada em julho de 2024 e com término previsto para o primeiro semestre de 2027, foi viabilizado pelo Pode Entrar no regime Cogestão, que reúne o poder público e entidades da sociedade civil na produção das unidades habitacionais.

Entre 2025 e 2026, 14,5 mil famílias foram contempladas com unidades habitacionais, em parceria com o Governo Estadual. Atualmente, 39 mil moradias estão em obras.

FAKE NEWS E INSS

Renan Santos envia ao STF pedido de quebra de sigilo de inquéritos

MARIANA RIBAS/AE

O candidato à Presidência da República Renan Santos (Missão) entrou com um pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) pela quebra de sigilo do inquérito das fake news e das investigações relacionadas ao escândalo do INSS. As petições são assinadas pelo deputado federal e coordenador econômico da campanha, Kim Kataguiri (Missão).

Os pedidos pedem o levantamento do sigilo dos casos, especialmente quanto a integridade das decisões judiciais já proferidas.

O pedido que trata do inquérito das fake news menciona a recente decisão do presidente do STF, Edson Fachin, que retirou o ministro Alexandre de Moraes da relatoria do caso, afirmando que é a oportunidade institucional adequada para a revisão do regi-

me de sigilo mantido ao longo dos últimos anos. "Transparência, nesse contexto, não representa prejulgamento da validade dos atos. Representa precisamente a condição para que sua regularidade possa ser objetivamente aferida", diz o documento.

Já o outro pedido, que trata do caso do INSS, diz que determinadas informações podem e devem ficar em sigilo, como documentos pessoais das vítimas. "Isso, entretanto, não justifica que todo o procedimento permaneça sob sigilo", diz a peça.

Em declaração à imprensa, Renan Santos afirma que "o brasileiro precisa saber os meandros de quem comprou quem, quem abusou de qual direito, quem foi comprado por quem, quais agentes políticos, quais agentes do Judiciário e quais agentes empresariais participaram desses escândalos".

EVITANDO CONFRONTO

Em meio à crise, Fachin volta a cancelar sessão plenária no STF

GUSTAVO MORENO/STF



FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), cancelou a sessão plenária de ontem, em meio ao agravamento de uma crise entre ministros da própria Corte.

Fachin já havia cancelado a sessão de quarta-feira horas depois de o ministro Flávio Dino ter determinado a reintegração de Andrei Rodrigues ao cargo de diretor-geral da Polícia Federal (PF), revertendo decisão do dia anterior do ministro André Mendonça, que havia afastado o delegado de suas funções.

A guerra de liminares é o episódio mais recente de um embate público entre duas alas do Supremo, uma aliada a Mendonça e outra ao ministro Alexandre de Moraes.

Ao cancelar as sessões plenárias desta semana, Fachin evita um encontro público entre os ministros do Supremo antes do julgamento que marcou para a próxima terça-feira sobre um relatório da Polícia Federal (PF) que vincula Moraes ao ex-banqueiro Daniel Vercaro.

Desde a semana passada, Mendonça e Moraes protagonizam um embate público sem precedentes na história recente do STF, com a divulgação recíproca de relatórios comprometedores e pedidos mútuos de investigação.

CONTEXTO

A crise veio à tona com a retirada do sigilo, por Mendonça, de relatórios parciais da Operação Compliance Zero, da qual é relator. A operação investiga suspeitas de corrupção de agentes públicos e fraudes financeiras bilionárias su-

DARK HORSE

Dino cita risco de evasão e proíbe Frias de deixar país

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu o deputado Mario Frias (PL-SP) de deixar o país e de se comunicar com outros investigados no inquérito que apura desvios de emendas parlamentares para financiar a produção do filme Dark Horse, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A medida consta na decisão em que o ministro autorizou a Operação Make Up, deflagrada ontem, em que a Polícia Federal (PF) cumpriu 49 mandados de busca e apreensão em São Paulo, no Rio de Janeiro, Ceará e Distrito Federal.

Além de Frias, a produtora Karina Gama, responsável pelo filme, está entre os alvos, bem como outras 27 pessoas. Todas foram proibidas de deixar o país.

Ao autorizar a operação, Dino destacou que Frias se valeu de uma viagem internacional para retardar a prestação de informações relevantes para a investigação, levando o ministro a acionar o presidente da Câmara, Hugo Motta, para verificar a regularidade da referida viagem do parlamentar.

"Não se pode ignorar, outrossim, que o cenário público nacional, lamentavelmente, deu provas recentes de que a evasão internacional é via cogitada por alguns parlamentares brasileiros ante a perspectiva da perseguição penal", escreveu Dino.

EMENDAS

O ministro é relator de uma investigação aberta a partir de relatórios da Controladoria-Ge-



GUSTAVO MORENO/STF

ral da União (CGU) que indicaram irregularidades na destinação de R\$ 2 milhões em emendas de Frias para duas entidades registradas em nome de Karina Gama - o Instituto Conhecer Brasil (ICB) e a Academia Nacional de Cultura (ANC).

Segundo os achados da CGU, houve a destinação, por exemplo, de emendas de Frias para projetos sociais esportivos tocados pelo ICB na cidade paulista de Pirassununga, mas cuja efetiva execução na destinação pretendida não restou comprovada. A PF apontou indícios de que o dinheiro acabou direcionado para a produção do filme Dark Horse.

Além das emendas específicas de Frias, a PF apontou suspeitas a respeito da movimentação financeira de diversos

CNPJs ligados a Karina Gama, que movimentaram dezenas de milhões de reais nos últimos anos, em aparente incompatibilidade com sua real atividade econômica.

No relatório em que pediu os mandados da operação desta quinta, a PF escreveu que "os elementos já produzidos revelam a existência de sofisticada estrutura financeira e operacional destinada à circulação de recursos entre entidades".

"(A investigação) apura o cometimento de crimes como fraude em procedimentos de contratação, falsidade documental, lavagem de dinheiro e organização criminosa, em contexto marcado pela movimentação de valores expressivos e pela utilização de múltiplas pessoas jurídicas inter-relacionadas",

completa o documento.

Em paralelo à investigação relatada por Dino, outro processo, relatado pelo ministro do STF André Mendonça, apura se houve irregularidade no repasse de R\$ 61 milhões do ex-banqueiro Daniel Vercaro para o filme, a pedido do senador e candidato a presidente Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Neste caso, a apuração foi aberta após o portal The Intercept Brasil revelar áudios em que Flávio aparece pedindo recursos a Vercaro, que é suspeito de corromper agentes públicos e praticar fraudes financeiras bilionárias. Ao se manifestar na ocasião, o senador não negou a autenticidade das gravações, mas disse não haver irregularidade no pedido.

Produtora ligada a Dark Horse recebeu ao menos R\$ 1 milhão de ONG suspeita

RENAN PORTO E FELIPE DE PAULA/AE

A empresa Go7 Assessoria Produção e Marketing Cultural, ligada à produção do filme Dark Horse, recebeu pelo menos R\$ 1 milhão da ONG Instituto Conhecer Brasil (ICB), de acordo com relatórios de inteligência financeira obtidos pela Polícia Federal (PF). A transferência foi citada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino na decisão que autorizou a operação "Make Up", deflagrada ontem, contra supostos desvios de emendas parlamentares.

Uma das suspeitas é que parte dos recursos tenha sido usada para bancar a peça cinematográfica que conta a história do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Assim como a Go7 e o ICB, a produtora do filme, GoUp Entertainment, e a representante das empresas, Karina Gama, foram

alvos de busca e apreensão. Ao todo, 49 mandados foram expedidos. O deputado federal Mário Frias (PL) está entre os alvos. O Estadão buscou as defesas de Karina e Frias, mas não obteve retorno. O espaço segue aberto.

A PF citou emendas de R\$ 2 milhões enviadas por Frias ao ICB e o contrato de R\$ 108 milhões celebrado entre a entidade e a Prefeitura de São Paulo para instalar e manter pontos de Wi-fi na periferia da capital.

A transferência de R\$ 1 milhão feita pelo ICB à Go7 aconteceu em transferência única, em data não especificada entre 1º de dezembro de 2025 e 2 de fevereiro de 2026. A empresa, criada por Karina Gama em 2005, não aparece formalmente como produtora de Dark Horse no registro junto à Ancine, mas é citada no folder de apresentação do filme como parte da "joint venture" que deu origem à GoUp

Entertainment.

"A união da expertise da empresa brasileira GO7, assessoria, produção e marketing cultural com a empresa americana Uptone Picture, ambas com 20 anos de experiência multimercado, que formaram uma joint venture sediada na cidade de Miami", afirma o documento ao qual o Estadão teve acesso.

A Go7 já esteve registrada na Ancine e, segundo Karina Gama, já foi utilizada para protocolar pedido de registro de um projeto de documentário intitulado "Atletas de Cristo", que não saiu do papel.

A decisão de Flávio Dino cita ainda que o ICB fez pagamentos a duas editoras ligadas a uma terceira empresa que repassou valores à produtora Go Up. Segundo a investigação, o ICB enviou R\$ 700 mil para a Dinâmica Editora e o Instituto Super Poder Educacional. Enquanto isso, a

NTT Brasil, vinculada ao mesmo grupo empresarial, enviou R\$ 750 mil à GoUp Entertainment.

A polícia afirma que os elementos apurados ainda não comprovam a origem direta entre os recursos públicos recebidos pelo ICB e os repasses indiretos à produtora, mas diz que a proximidade temporal mostra relevância nas operações financeiras.

"A Go Up Entertainment, por sua vez, movimentou R\$ 19.033.071,00 entre 10 de novembro e 30 de dezembro de 2025, período em que recebeu recursos de diversos remetentes, dentre eles a NTT Brasil (R\$ 750 mil) e o próprio Deputado Federal Mário Frias (R\$ 645,4 mil), sendo que as filmagens da cinebiografia ocorreram entre outubro e dezembro de 2025, coincidindo temporalmente com as movimentações financeiras analisadas", afirma a PF.

CARTEIRA

Programa CNH do Brasil aumenta pedidos de habilitação em mais de 200%

Nos primeiros nove meses de vigência do programa CNH do Brasil, mais de 2 milhões de novos condutores foram habilitados. Além disso, houve um aumento de 216% nos requerimentos de nova habilitação em comparação com 2025. Se no ano passado foram 2,3 milhões de pedidos, este ano foram 7,3 milhões.

O aumento no número de solicitações e de novos condutores ocorreu a partir da implantação das novas regras para obtenção da carteira de motorista. A pla-

taforma da CNH do Brasil reúne várias etapas da jornada da primeira habilitação em apenas um ambiente.

Entre as mulheres, o número de entradas no processo de habilitação cresceu 18%. Passou de 1,06 milhão em 2025 para 1,25 milhão em 2026 - acréscimo de pouco mais de 190 mil. A Região Nordeste registrou o maior indicador processos iniciados, com 54,7%. A segunda região com maior aumento foi o Norte, com 31,9%.

Segundo o Ministério dos

Transportes, houve economia de quase R\$ 10 bilhões para os condutores. Entra nesse cálculo a redução dos valores do curso teórico, da formação prática, da renovação do documento, dos exames médicos e dos deslocamentos evitados, já que algumas etapas podem ser feitas remotamente.

MUDANÇAS

O programa reduziu os custos de emissão ao diminuir as exigências de aulas teóricas e práticas em autoes-

colas. O curso teórico passou a ser oferecido de maneira digital e gratuita. A quantidade mínima de aulas práticas reduziu de 20 horas para duas horas.

A possibilidade de contratação de instrutores autônomos passou a integrar a formação prática. Em 2026, cerca de 553 mil dos 4,2 milhões de cursos foram conduzidos por esses profissionais, o equivalente a 13,2% do total, enquanto os centros de formação responderam por 86,8%.

DEBATE

Lula defende discussão sobre mandato para ministro do STF

GABRIEL HIRABAHASI
E GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) (PT) defendeu ontem em entrevista ao SBT News, uma discussão sobre a implantação de mandatos para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A declaração ocorre diante da crise que paira sobre a Corte e afeta eleitoralmente o petista.

"Hoje, acho que é preciso a gente discutir um mandato para a Suprema Corte. Ninguém pode ficar 40 anos no mesmo cargo, nós vamos ter que discutir se um advogado pode ter um escritório na Suprema Corte. Uma vez, falei brincando: quem quiser ser da Suprema Corte, não pode querer ser rico", declarou o presidente.

Lula também defendeu uma nova reforma do Judiciário, mas disse que ainda não possui ideias do que irá incluir. Para isso, ele afirmou que é preciso fazer consultas com especialistas e a sociedade civil.

"É preciso fazer outra (reforma no Judiciário). Agora, eu não vou dizer o que eu quero fazer, porque não sei. Vou conversar com a sociedade brasileira, com tudo que é especialista, para saber. Nós precisamos fazer uma reforma no Poder Judiciário, da primeira à última instância, porque, senão, as pessoas vão virando Deus e achando que podem tudo", disse Lula.

O STF vive uma crise institu-



RICARDO STUCKERT/PR

cional que se intensificou nas últimas duas semanas. Desde que os nomes dos ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli foram citados nas investigações do caso Master, o fantasma da crise começou a rondar o Supremo. Toffoli era, inicialmente, o relator da investigação sobre o banco de Daniel Vercaro. Acabou deixando a relatoria pela pressão por causa de um resort no Paraná do qual foi sócio e que foi comprado por um fundo ligado a Vercaro.

O último capítulo, responsável por mergulhar o STF em uma crise de vez, foi a divulgação de mensagens entre Vercaro e Mo-

raes. A investigação também mostrou que o ministro do Supremo editou o contrato firmado entre o escritório de sua esposa, Viviane Barci de Moraes, e o Master.

Após uma série de vazamentos de trechos da apuração, o atual relator do caso, ministro André Mendonça, pediu que Moraes seja investigado no caso. Moraes reagiu. Usou o inquérito das fake news, do qual é relator, para acusar Mendonça de abuso de autoridade, improbidade administrativa e crime de responsabilidade e pediu que ele também seja investigado. A crise chegou ao ponto de

Mendonça mandar afastar o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e, um dia depois, o ministro Flávio Dino devolver o cargo a Andrei, anulando a decisão do próprio colega de Supremo.

Em meio a esse conflito deflagrado no STF, o presidente do Tribunal, ministro Edson Fachin, decidiu retirar Alexandre de Moraes da relatoria do inquérito das fake news, anulou a decisão de Mendonça de afastar Andrei Rodrigues da PF e marcou para a próxima terça-feira, 15, a análise do pedido de investigação contra Moraes.

CRISE NO STF

Lula diz que se Moraes e Mendonça forem culpados, eles têm de pagar

GABRIEL HIRABAHASI
E GABRIEL DE SOUSA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem, em entrevista ao SBT News, que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e André Mendonça devem ser punidos, caso as investigações comprovem vínculos espúrios com o caso das fraudes bilionárias do Banco Master.

"Ainda falta apurar. Quem é culpado de verdade? Se o Alexandre de Moraes é culpado, ele tem que pagar; se o (André) Mendonça, ele tem que pagar. Se o (Edson) Fachin é culpado, ele tem que pagar. Todo mundo tem que estar à disposição de cumprimento da nossa Constituição. A lei acima de tudo, e que a verdade seja soberana", disse Lula.

O presidente defendeu ainda a investigação de "todos que tiverem suspeitas de terem cometido equívocos". "Todo mundo tem que ser investigado, do presidente da Suprema Corte ao Presidente da República. Do mais simples catador de papel de qualquer rua desse Brasil ao mais rico empresário", afirmou.

Sem citar o nome de Mendonça, Lula disse que um juiz não pode ficar "sentado em cima de um processo" e fazer "vazamentos seletivos". Mendonça é criticado por governistas por avançar no processo contra Moraes e não no que envolve o filme "Dark Horse", que homenageia o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e que tem o senador e candidato do PL, Flávio Bolsonaro, como personagem central de um financiamento bilionário feito pelo banqueiro Daniel Vercaro, dono do Master.

"O que não pode é um juiz ficar sentado em cima de um processo e ficar vazando coisas que interessam para ele, porque, aí sim, pode prejudicar o processo eleitoral. Então, ao invés de vazamento seletivo, de interesse de A ou B, que abra-se a janela e



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

deixe a democracia passar", declarou.

Ao mesmo tempo em que disse que o governo não tem envolvimento com a crise instalada no STF, Lula elogiou o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, por ter retirado a relatoria de Mendonça, Moraes e Flávio Dino em processos que são temas de conflitos. Lula disse que conversou com Fachin na esperança de obter mais credibilidade para o tribunal e que espera que o magistrado "faça mais coisas".

"Acho que o Fachin agiu corretamente ontem. Ele vai ter que pegar esse processo, trazer para ele, colocar ordem na casa e fazer com que a Suprema Corte faça um processo de apuração. Apure tudo, divulgue tudo, doa a quem doer. Mas é importante recuperar o prestígio da instituição Suprema Corte diante dos olhos da sociedade brasileira", disse o presidente.

Lula também criticou os embates entre ministros. Enquanto Mendonça retirou o sigilo de indícios da Polícia Federal (PF) sobre relações entre Vercaro e Moraes, o ministro respondeu incluindo Mendonça no inquérito das fake news.

"Não é possível e não é aceitável, diante dos olhos da socie-

dade, que fique os ministros da Suprema Corte brigando um com outro, dando declaração um do outro, acusando um ao outro, e a sociedade passiva assistindo", disse Lula.

O petista também reclamou dos impactos da crise no STF no processo eleitoral, afirmando que movimentos da Corte em períodos eleitorais são contaminados por "viés político" de magistrados. Segundo ele, a apuração do Master não deveria afetar a escolha do próximo presidente da República.

"Uma apuração da Suprema Corte não deveria impactar o processo eleitoral, deveria ser vista como uma coisa natural. Entretanto, quando chega na época de política, as pessoas começam a fazer determinados tipos de vazamentos seletivos que têm um viés político, e isso causa prejuízo à política e causa prejuízo, inclusive, na credibilidade da instituição", declarou.

Ao falar sobre a decisão de Mendonça em afastar o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, que voltou ao cargo após decisões de Dino e Fachin, Lula disse que possui total confiança no subordinado, mas que ele será punido, caso tenha envolvimento com o caso Master. Lula disse também que Andrei e a Advoca-

cia-Geral da União (AGU) atuaram corretamente após a medida do magistrado.

O STF vive uma crise institucional que se intensificou nas últimas duas semanas. Desde que os nomes dos ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli foram citados nas investigações do caso Master, o fantasma da crise começou a rondar o Supremo. Toffoli era, inicialmente, o relator da investigação sobre o banco de Daniel Vercaro. Acabou deixando a relatoria pela pressão por causa de um resort no Paraná do qual foi sócio e que foi comprado por um fundo ligado a Vercaro.

O último capítulo, responsável por mergulhar o STF em uma crise de vez, foi a divulgação de mensagens entre Vercaro e Moraes. A investigação também mostrou que o ministro do Supremo editou o contrato firmado entre o escritório de sua esposa, Viviane Barci de Moraes, e o Master.

Após uma série de vazamentos de trechos da apuração, o atual relator do caso, ministro André Mendonça, pediu que Moraes seja investigado no caso. Moraes reagiu. Usou o inquérito das fake news, do qual é relator, para acusar Mendonça de abuso de autoridade, improbidade administrativa e crime de responsabilidade e pediu que ele também seja investigado. A crise chegou ao ponto de Mendonça mandar afastar o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e, um dia depois, o ministro Flávio Dino devolver o cargo a Andrei, anulando a decisão do próprio colega de Supremo.

Em meio a esse conflito deflagrado no STF, o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, decidiu retirar Alexandre de Moraes da relatoria do inquérito das fake news, anulou a decisão de Mendonça de afastar Andrei Rodrigues da PF e marcou para a próxima terça-feira, 15, a análise do pedido de investigação contra Moraes.

INVESTIGAÇÕES

PT pede que Mendonça e Dino derrubem sigilo sobre caso Master

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O Partido dos Trabalhadores (PT) pediu, ontem, aos ministros André Mendonça e Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que derubem o sigilo em relação às investigações sobre o Banco Master.

O argumento do PT é que a divulgação de trechos das informações contidas nas investigações, como ocorreu nas últimas semanas, afeta o processo eleitoral de maneira indevida.

"O resultado da divulgação de trechos é uma publicidade em mosaico: são públicos os feitos incidentais mais recentes e os documentos deles desentranhados; permanecem sigilosos os autos principais, que contêm o contexto. É sobre esses recortes - e sobre o que deles vaza - que se constrói, a menos de um mês do primeiro turno, o debate eleitoral", alegou o partido no pedido.

EMENDAS

Dino marca audiência sobre responsabilização de parlamentares

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), convocou para o dia 22 de setembro uma audiência pública para discutir a responsabilização de parlamentares em caso de irregularidades na execução de emendas. A audiência foi marcada no âmbito de ação movida pelo Solidariedade.

A legenda sustenta que os parlamentares passaram a ter maior poder na destinação dos recursos públicos sem se submeter ao mesmo regime de controle que incide sobre

O PT argumenta que a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de candidatos ao Senado, à Câmara dos Deputados, aos governos estaduais e às assembleias legislativas estão sendo "diretamente atingidos pelo modo como o acervo destes autos vem chegando ao debate público - em fragmentos, por vias não institucionais, sem que os demais competidores possam conferir o contexto do que se divulga".

Mendonça é o principal relator do caso Master no STF. Dino é relator da ação que trata do uso de emendas parlamentares para o financiamento do filme "Dark Horse", que conta a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O PT pede que os ministros derrubem o sigilo de toda a investigação, não de apenas partes. Nesta quinta, Dino retirou o sigilo apenas da decisão que autorizou a operação da Polícia Federal no caso do "Dark Horse".

os agentes públicos ordenadores de despesas.

Ou seja, segundo o partido, deputados e senadores têm o "bônus" de indicar as emendas sem o "ônus" de prestar contas. No caso de crimes de improbidade administrativa no Executivo, os ordenadores de despesas podem ser condenados à inelegibilidade e ter seus direitos políticos suspensos.

Dino intimou, para enviarem representantes à audiência, a Advocacia-Geral da União (AGU), o Senado, a Câmara, a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Controladoria-Geral da União.

TERÇA-FEIRA QUENTE

Fachin conversa com Moraes, Mendonça e Gonet sobre sessão

CAROLINA BRÍGIDO/AE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, conversou ontem, com ministros da Corte e com o procurador-geral da República, Paulo Gonet, sobre a sessão agendada para a próxima terça-feira. Está na pauta de julgamentos o pedido feito por André Mendonça para que Moraes seja investigado por ligações com o banqueiro Daniel Vercaro.

Fachin tenta um consenso entre os ministros sobre o formato da sessão. O presidente inicialmente previu que ela seja realizada de forma presencial e aberta ao público. Parte dos ministros defende que a discussão seja a portas fechada.

Também ainda será definido se a discussão será iniciada por aspectos formais do caso. O grupo ligado a Moraes defende que haja arquivamento

logo no início da sessão, porque Mendonça não poderia ter pedido para a Polícia Federal apurar fatos sobre um ministro sem antes ter submetido isso ao plenário.

No caso de haver votação sobre o mérito - ou seja, se deve ou não ser aberto procedimento contra Moraes -, é preciso definir se o ministro terá direito a apresentar defesa em plenário e se poderá ser acompanhado de um advogado.

Ontem, estiveram pessoalmente no gabinete da presidência do Supremo, além de Gonet, os ministros Alexandre de Moraes, André Mendonça e Dias Toffoli. Fachin conversou com outros ao telefone. A intenção dele é conversar com todos individualmente até o fim do dia.

Ministros que estiveram com Fachin hoje relataram que ele está com o semblante tranquilo e tem conduzido as conversas com calma.

HEZBOLLAH

EUA ampliam sanções contra redes ligadas ao Irã e braços no Líbano

PEDRO LIMA/AE

O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos anunciou ontem, novas sanções contra redes acusadas de financiar e apoiar o Kataib Hezbollah, no Iraque, e o Hezbollah libanês, como parte da Operação Economic Outcast, campanha destinada a ampliar a pressão econômica sobre o Irã.

Segundo o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (Ofac, na sigla em inglês), as medidas atingem comandantes e integrantes do Kataib Hezbollah, empresários, casas de câmbio e companhias que operam no Iraque, Líbano, Emirados Árabes Unidos e Turquia. O Tesouro afirma que essas redes ajudam Teerã a financiar grupos aliados, movimentar recursos e contornar sanções internacionais.

O secretário do Tesouro

dos EUA, Scott Bessent, afirmou que Washington pretende identificar e excluir do sistema financeiro americano agentes que financiem "terror", lavem dinheiro ou auxiliem o Irã a evitar sanções.

Entre os alvos estão quatro integrantes do Kataib Hezbollah e pessoas ligadas às Forças de Mobilização Popular do Iraque. O Ofac também sancionou a Shams & Bahr Trading Company, de Dubai, acusada de transferir milhões de dólares do Iraque ao Irã por meio de um sistema informal de remessas conhecido como hawala.

No Líbano, Washington atingiu operadores financeiros acusados de transferir centenas de milhões de dólares da Força Quds da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC) ao Hezbollah e de utilizar casas de câmbio, ouro e transportadores de dinheiro para movimentar recursos.

ESTRUTURA

Israel diz ter destruído ambiente subterrâneo do Hezbollah no Líbano

LAÍS ADRIANA/AE

O governo de Israel afirmou ontem, ter destruído uma rede de infraestrutura subterrânea do Hezbollah na região da crista de Ali Taher, no sul do Líbano, em uma operação conduzida pelas Forças de Defesa de Israel (IDF, na sigla em inglês). Segundo um comunicado conjunto do primeiro-ministro e genocida Benjamin Netanyahu e do ministro da Defesa, Israel Katz, a ação teria "completado a consolidação" da chamada zona de segurança israelense na área.

De acordo com a nota, divulgada no X, a estrutura atingida teria sido construída ao longo de duas décadas, com "financiamento e planejamento" do Irã, e incluiria túneis e um centro de comando. Ainda segundo o texto, o complexo teria sido projetado para funcionar como base de preparação para uma ofensiva na Galileia e conferia "domínio de observação e fogo" sobre as ci-

dades israelenses de Metula e Kiryat Shmona, próximas à fronteira.

As autoridades israelenses declararam que a destruição dos alvos representaria a obtenção de "controle operacional" sobre a crista de Ali Taher, "acima e abaixo do solo". O comunicado acrescenta que tropas da IDF estariam se posicionando para defesa e para impedir o retorno de forças inimigas ao território

O governo afirma ainda que o Exército permanecerá na zona de segurança, com a continuidade de operações para destruir infraestrutura considerada "terrorista" e impedir qualquer tentativa do Hezbollah de se restabelecer na região. Israel declarou que seguirá defendendo comunidades do norte "a partir do Líbano" e que responderá "com força" a eventuais ataques contra civis e militares. Não houve verificação independente imediata das alegações.

CURTO PRAZO

AIEA perde visibilidade sobre programa nuclear do Irã e não vê inspeções

PEDRO LIMA/AE

O diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Rafael Grossi, afirmou ontem, que a entidade está perdendo conhecimento sobre o programa nuclear do Irã diante da falta de inspeções e não espera recuperar acesso às instalações do país no curto prazo.

"Não estamos recebendo nenhuma cooperação do Irã", disse Grossi à Bloomberg TV. Segundo ele, a interrupção das inspeções provoca perda de "memória institucional" e de continuidade no acompanhamento do programa, em um momento em que o país mantém grande quantidade de material e urânio altamente enriquecido. "Para ser muito franco, não vejo isso acontecendo tão cedo", afirmou sobre uma eventual retomada do acesso.

Grossi disse que esse cenário ajuda a explicar a decisão do Conselho de Governadores da AIEA de encaminhar o caso iraniano ao Conselho de Segurança da ONU. Segundo ele, a medida representa mais um sinal de "frustração" dos integrantes da agência com a falta de colaboração de Teerã após sucessivos pedidos para que o país reabrisse suas instalações aos inspetores.

O chefe da AIEA também confirmou sinais de movimentação em Pickaxe Mountain, complexo de túneis construído pelo Irã para proteger instalações de eventuais ataques. "Há algumas indicações de que existe movimento em torno desse canteiro de obras", afirmou. Ele ressaltou, porém, que a agência não tem informações concretas sobre atividades realizadas no local e nunca inspecionou o complexo.

EUA

Trump ‘chuta’ democracia e escancara compra de votos

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O presidente Donald Trump prometeu pagar US\$ 5 mil a cada adulto americano, caso o partido Republicano obtenha maioria na Câmara e no Senado nas eleições de meio de mandato, em novembro. A declaração foi feita durante um discurso do partido Republicano, em Dallas, no Texas, na noite de quarta-feira passada. O presidente americano creditou a iniciativa ao "grande sucesso econômico" do país.

"Se os republicanos conquistarem a Câmara e o Senado, farei pagamento de US\$ 5 mil a cada adulto dos EUA. Emitirei um dividendo para cada cidadão.

Vamos chamar de 'The Trump Dividend' (O Dividendo de Trump, em tradução livre)", afirmou. Trump disse ainda que não quer que os beneficiários gastem o montante "no Canadá, na China ou na Alemanha" e ressaltou: "Agora, tudo o que temos que fazer é vencer".

Dados estatísticos oficiais mostram que existem cerca de 245 milhões de cidadãos americanos com 18 anos ou mais, o que significa que o dividendo prometido pelo mandatário pode custar aproximadamente US\$ 1,2 trilhão.

No evento, Trump disse ainda que os preços do petróleo cairão "assim que a guerra contra o Irã terminar". Não há, po-

rém, sinais de redução nas hostilidades entre os Estados Unidos e o Irã, que voltaram a trocar ataques nos últimos dias.

"Estamos vencendo a guerra, estamos controlando o Estreito de Ormuz", disse, ao defender a mudança do nome da importante rota marítima para "Estreito de Trump". "A liderança do Irã vai amar isso. O país está despedaçando, eles são o 'bully' do Oriente Médio."

Ainda em relação ao conflito, Trump reiterou que Teerã não pode ter armas nucleares e minimizou as críticas sobre ter iniciado a guerra, que já se estende há mais de seis meses.

"Isso acontece comigo o tempo todo. Os caras se aproximam:

Sabe, eu queria que você não tivesse feito a guerra no Irã. A gasolina está cara'. Eu digo 'Deixe-me fazer uma pergunta: o Irã pode ter uma arma nuclear?'. 'Absolutamente não.' 'Bem, então eu estou certo - eu venço'. Tudo bem?"

Além dos preços do petróleo, Trump mencionou a queda nos preços dos ovos e dos alimentos em geral, que "estão caindo rapidamente". O presidente americano ainda mencionou que há "mais pessoas trabalhando hoje em dia do que nunca" e que o mercado financeiro está "batendo recordes". O republicano celebrou os 65 bilhões de petróleo da Venezuela adicionados ao estoque americano.

TRAGÉDIA

Incêndio em escolas no leste do Congo mata ao menos 26 alunos

Um incêndio atingiu duas escolas vizinhas ontem, na cidade de Bukavu, no leste do Congo, e matou ao menos 26 alunos. Dezenas de estudantes ficaram feridos. De acordo com o governo provincial de Kivu do Sul, 19 meninas e sete meninos morreram.

O porta-voz do grupo rebelde M23, que controla a cidade, Lawrence Kanyuka, havia dito anteriormente que 24 alunos morreram e 29 pessoas estavam sendo atendidas em unidades de saúde locais.

O incêndio começou em uma casa antes de se alastrar para as

duas escolas vizinhas, disse o administrador local do bairro, Moïse Lubala, à agência de notícias Associated Press (AP).

Ele afirmou que vários alunos ficaram presos dentro da escola secundária de Furaha e alguns morreram sufocados.

Um grupo misto de meninos e meninas de diferentes idades, alunos da escola Furaha e da escola primária Ujamaa, foi levado ao centro de saúde de Nyamulagira vestindo seus uniformes escolares, disse a enfermeira Ciza Jean-Baptiste à AP.

A equipe médica estava tendo dificuldade para contabilizar

o número exato de feridos, pois eram muitos, disse ele.

"A saída era muito estreita, então alguns alunos começaram a pular pelas janelas, enquanto outros corriam em direção à porta. Enquanto todos tentavam sair à força, os alunos foram empurrados e pisoteados", disse Lubala.

A causa do incêndio ainda não foi determinada, mas o bairro onde o incêndio começou é densamente povoado e a maioria das casas é feita de madeira, segundo Lubala.

O governo do Congo tem dificuldades para exercer contro-

le sobre o leste do país. Os rebeldes do M23, apoiados por Ruanda, assumiram o controle de Bukavu em fevereiro de 2025. Mais de 100 grupos armados disputam o controle da riqueza mineral do leste do Congo, avaliada em trilhões de dólares, que é fundamental para grande parte da tecnologia mundial.

Os serviços de saúde estão sob forte pressão, enquanto a região enfrenta o surto de ebola mais mortal da história, que já matou mais de 3.300 pessoas, com mais de 6.800 casos confirmados registrados.

GUERRA SEM FIM

Zelenski visita o Canadá em busca de mais apoio militar para Ucrânia

O presidente da Ucrânia, Volodmir Zelenski (**foto**), está no Canadá, para conversar com o primeiro-ministro canadense, Mark Carney. O objetivo é garantir apoio futuro no conflito contra a Rússia.

Kiev está sob pressão da guerra aérea de Moscou, que usa mísseis balísticos e drones movidos a jato para atravessar as defesas. Os ataques russos têm como alvo a rede elétrica ucraniana antes da chegada do inverno no Hemisfério Norte, o que, segundo as autoridades ucranianas, faz parte de uma campanha para desanimar os civis.

"O Canadá tem sido e continua sendo um dos nossos parceiros mais próximos", escreveu Zelenski em uma publicação no X para anunciar sua chegada. "Estão planejadas reuniões e acordos importantes que moldarão nossa cooperação e consolidarão o nível já estratégico de nossa relação nos próximos anos."

"O principal foco será apoiar a Ucrânia na proteção de nossos céus e na preparação para o inverno. Discutiremos como fortalecer nossa resiliência, apoiar nosso povo e garantir que a Ucrânia tenha as capacidades necessárias para se defender", acrescentou.

O Canadá e países europeus estão enviando suas próprias armas à Ucrânia e também comprando armas americanas para Kiev por meio da chamada Lista de Requisitos Prioritários da Ucrânia. No governo Trump, os Estados Unidos pararam de doar armas à Ucrânia

"O Canadá tem fornecido consistentemente apoio concreto à Ucrânia, e esta visita tem como objetivo levar essa cooperação adiante", escreveu o minis-



WIKIPÉDIA

tro das Relações Exteriores da Ucrânia, Andrii Sybiha, que também participa da viagem, em uma publicação no X.

"Estamos trabalhando para desenvolver ainda mais nossa parceria estratégica, coordenar nossos esforços internacionais e fortalecer a proteção dos céus ucranianos antes do inverno", acrescentou.

Os recentes esforços de Washington para interromper a guerra, que já dura mais de quatro anos, não tiveram nenhum avanço significativo, embora seja esperado que as negociações mediadas pelos EUA entre delegações de Moscou e Kiev continuem.

Zelenski chegou a Calgary, na província de Alberta, na noite de quarta-feira passada, um dia após seu voo da Moldávia para a Noruega ter sido atrasado quando as autoridades fecharam o espaço aéreo moldávio devido à

presença de drones.

A batalha de drones entre Moscou e Kiev cresceu consideravelmente desde a invasão da Rússia, em fevereiro de 2022. Os vizinhos da Ucrânia, Romênia e Moldávia, e outros países europeus relataram repetidos episódios de drones em seus espaços aéreos.

ATAQUES

Um drone marítimo ucraniano feriu 28 pessoas, incluindo duas crianças, na orla da cidade de Sochi, no sudoeste da Rússia, informaram autoridades locais. Elas afirmaram que a infraestrutura da praia foi danificada, sem dar mais detalhes.

O Ministério da Defesa da Rússia afirmou ontem que suas forças derrubaram 448 drones ucranianos durante a noite. Os drones foram destruídos sobre 13 regiões russas, além da península ucraniana anexada da Crimeia e

dos mares Negro e Cáspio.

Destroços de um drone ucraniano que caiu incendiaram uma casa na província de Voronezh, no sudoeste da Rússia, matando uma mulher e ferindo outras duas pessoas, segundo o governador de Voronezh, Alexander Gusev.

Zelenski disse ontem que as forças ucranianas atingiram oito alvos de infraestrutura russos que apoiam os esforços de guerra nas últimas 24 horas, incluindo uma refinaria na região de Yamalo-Nenets e um porto no Daguestão.

Alvos nas regiões de Moscou, Voronezh, Astrakhan e Bryansk também foram atingidos. Eles estavam separados por centenas de quilômetros, o que mostra o alcance e a escala da tecnologia de drones de longo alcance desenvolvida internamente pela Ucrânia, que tem causado preocupação na Rússia.

No dia anterior, as forças ucranianas atingiram uma refinaria de petróleo a mais de três mil quilômetros da Ucrânia, na Sibéria, informou o Estado-Maior da Ucrânia, confirmando relatos anteriores.

Enquanto isso, as forças russas lançaram 149 drones, muitos deles movidos a jato, contra a Ucrânia durante a noite, informou a Força Aérea da Ucrânia nesta quinta-feira.

O chefe da Administração Estatal da Região de Kiev, Tymur Tkachenko, afirmou que uma pessoa morreu e outras duas ficaram feridas em um ataque de drone russo contra a região de Kiev na manhã desta quinta-feira.

Pelo menos outros 16 civis ficaram feridos em outras regiões da Ucrânia, segundo autoridades locais.